

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG  
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE

DESAFIOS DO ARQUIVISTA PELAS TRAMAS DA MEMÓRIA E ESQUECIMENTO:  
O CASO DO ARQUIVO DA UNIVILLE

KATIA OLIARI DA MOTTA

Joinville – SC

2016

KATIA OLIARI DA MOTTA

DESAFIOS DO ARQUIVISTA PELAS TRAMAS DA MEMÓRIA E ESQUECIMENTO:  
O CASO DO ARQUIVO DA UNIVILLE

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, na Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Orientadora: Professora Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso e coorientadora Professora Dra. Ilanil Coelho.

Joinville – SC

2016

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

M921d Motta, Katia Oliari da  
Desafios do arquivista pelas tramas da memória e esquecimento: o caso do arquivo da Univille/ Katia Oliari da Motta; orientadora Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso, coorientadora Dra. Ilanil Coelho. – Joinville: UNIVILLE, 2016.

101 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade – Universidade da Região de Joinville)

1. Memória. 2. Patrimônio. 3. Arquivos e arquivamento (Documentos). I. Gusso, Luana de Carvalho Silva (orient.). II. Coelho, Ilanil (coorient.). III. Título.

CDD 027

**Termo de Aprovação**

“Desafios do Arquivista pelas Tramas da Memória e Esquecimento: O Caso do Arquivo da Univille”

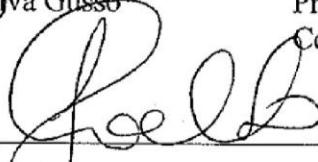
por

Katia Oliari da Motta

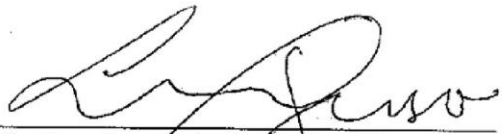
Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.

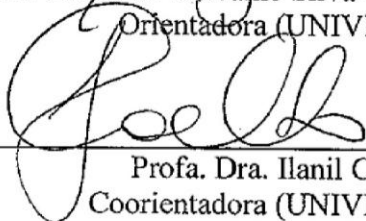
  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso  
Orientadora (UNIVILLE)


  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Ilanil Coelho  
Coorientadora (UNIVILLE)

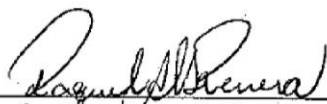
  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Ilanil Coelho  
Coordenadora do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

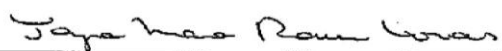
**Banca Examinadora:**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Luana de Carvalho Silva Gusso  
Orientadora (UNIVILLE)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Ilanil Coelho  
Coorientadora (UNIVILLE)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Elena Camargo Shizuno  
(UFTPR)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera  
(UNIVILLE)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Taiza Mara Rauen Moraes  
(UNIVILLE)

Joinville, 26 de agosto de 2016.

A meu marido, Fernando, por estar ao meu lado em todos os momentos, apoiando, incentivando, sendo companheiro, compreensivo e dedicado.

Você é minha fortaleza!

## AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Professora Dra. Luana, pela paciência, leituras, sugestões, competência, críticas, compreensão e confiança. Foi uma honra ser sua orientanda! Receba meu carinho e admiração.

A professora Dra. Ilanil Coelho, coorientadora, responsável por meu ingresso no mestrado. Obrigada por acreditar em minha capacidade! Você é inspiradora, referência para o meu crescimento pessoal e profissional.

Às professoras Dra. Taiza Mara Rauen Moraes, e Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera pelas valiosas contribuições na banca de qualificação.

À professora Dra. Elena Camargo Shizuno, por aceitar, tão gentilmente, compor a banca examinadora.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, pela generosidade, entusiasmo e competência na transmissão de seus conhecimentos.

À secretária do Mestrado, Rosimere Welter Rohrbacher, por estar sempre pronta a ajudar, por sua competência, simpatia e amizade.

Aos colegas do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, pilares de sustentação, companheiros incentivadores, de convívio alegre e riso fácil.

À Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), espaço em que o sentimento de pertencimento faz surgir um outro tipo de profissional: aquele que cuida de si pelo o outro.

A minha filha e amiga, Fernanda da Motta, por acreditar que eu conseguiria, por incentivar quando eu precisava, por existir e ser o exemplo mais perfeito para mim do que é o amor.

À mãe Dila e pai Afonso, pelo incentivo, apoio, dedicação e amor. Vocês me deram força para continuar.

À minha família pelo apoio, amor e por respeitarem meus momentos de concentração e isolamento.

A minha querida Laura Maria da Motta (*in memoriam*). Deixaste exemplos e saudade!

### *“Despojar”*

*O contato com o arquivo começa por operações simples, entre outras o encargo manual do material. O despojamento – termo bastante evocador – obriga a muitos gestos, e a operação intelectual decidida inicialmente, por mais complexa que seja, não pode de modo nenhum evitá-los. Eles são familiares e simples, depuram o pensamento, aplainam o espírito de sofisticação e aguçam a curiosidade. Realizam-se sem pressa, obrigatoriamente sem pressa; não será demais dizer a que ponto o trabalho em arquivo é lento, e o quanto essa lentidão das mãos e do espírito pode ser criativa. Antes mesmo de ser criativa, ela é inelutável: as pilhas não acabam nunca de ser consultadas, umas após as outras, mesmo limitadas em quantidades por sondagens preparadas previamente e calculadas com precisão, eles exigem do leitor muita paciência.*

(FARGE, 2009, p. 59)

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo refletir sobre as teorias e práticas que envolvem o fazer arquivístico e o intuito de apresentar possibilidades de ir além de um modo de fazer clássico, trazendo ao arquivista a possibilidade de pensar o arquivo sob o enfoque de pesquisador, no jogo entre memória e o esquecimento. Para isso, apresentou-se um breve histórico de quando os arquivos e a arquivologia se instituíram, destacando as principais teorias e os modos de fazer de cada período. Foram estudados, métodos de classificação, sob uma perspectiva hermeneuta, pela qual atrelar a pesquisa à teoria e à prática é um processo contínuo de reflexão e investigação. Explicitou-se a epistemologia do sensível que traz habilidades através da experiência, diferenciais que, se acompanhados de teoria, possibilitam eficácia e agilidade ao processo, que colabora para criação de metodologias e ferramentas facilitadoras. A reflexão se direciona para os enunciados de poder que permeiam os documentos de arquivos e de como a alteridade é essencial nesse processo classificatório. Falou-se dos “arquivos mortos” e de como esses podem ser elevados a “arquivos vivos”, e ainda se fez a análise dos marcos legais que regem as condições arquivísticas e de como essas se apresentam na organização e classificação dos documentos da Univille. Finalizando, se apresentou o fazer arquivístico a partir da busca por documentos para a comemoração do Cinquentenário da Univille e do processo de migração para o Sistema Federal de Ensino, onde o “admirar” do arquivista e o sentido de pertencimento, faz surgir um outro tipo de arquivista, o hermeneuta sensível, aquele que tem no seu ideário o dispor do arquivo a qualquer pesquisador e a qualquer necessidade. A pesquisa foi dirigida por reflexões e discussões teóricas, fundamentadas em Chauí (2000), Derrida (2001), Farge (2009), Fonseca (1998, 2005, 2010), Foucault (1999; 2004; 2008), Hegel (1999), Lopes (1996; 2009), Maffesoli (1998), Pollak (1989), Pombo (2005), Rousseau e Couture (1998), Sousa (2002; 2003; 2013), entre outros. A dissertação está vinculada à linha de pesquisa Patrimônio Cultural e Memória Social.

**Palavras-Chave:** Patrimônio; Memória; Arquivo.



## ABSTRACT

This dissertation aims to reflect about theories and practices involving the archival doing and in order to present possibilities to go beyond a way of classic doing, bringing to the archivist the possibility of think the archive under the research approach, in the game between memory and oblivion. For this, it was presented a brief history when the files and archivology are introduced, highlighting the main theories and methods of making each period. Methods of classification have been studied from a hermeneutical perspective, whereby linking research to theory and practice is a continuous process of reflection and investigation. There was explained the epistemology of the sensitive that brings skills through experience, differentials that, if accompanied by theory, enable effectiveness and agility to the process, which collaborates to create methodologies and facilitating tools. he reflection is directed towards the power statements that permeate the archival documents and how alterity is essential in this classificatory process. There was talk of "dead files" and how these can be raised to "live files" and still did the analysis of the legal frameworks governing archival conditions and how these are presented in archival make Univille. Finally, if presented to archival from the search for documents for the Fiftieth Anniversary Commemoration of Univille and migration to the Federal Education System, where the admiration the Archivist and the feeling of belonging, raises another kind of archivist, the sensitive hermeneut, one who has the idea making the archival available to any researcher and any need. The research was directed by reflections and theoretical discussions, based on Chauí (2000), Derrida (2001), Farge (2009), Fonseca (1998, 2005, 2010), Foucault (1999; 2004; 2008), Hegel (1999), Lopes (1996; 2009), Maffesoli (1998), Pollack (1989), pigeon (2005) and Couture Rousseau (1998), Souza (2002; 2003; 2013), among others. The dissertation is linked to the research line Cultural Heritage and Social Memory.

**Key words:** Heritage; Memory; Archive

## LISTA DE SIGLAS

**AN** – Arquivo Nacional

**ACU** – Arquivo Central da Univille

**CEE** – Conselho Estadual de Educação

**CEPA** – Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais

**CFE** – Conselho Federal de Educação

**CFM** – Conselho Federal de Medicina

**CMU** – Centro Memorial da Univille

**CNE** – Conselho Nacional de Educação

**CTDE** - Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos

**CONARQ** - Conselho Nacional de Arquivos

**DBTA** – Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística

**FUNC** - Fundação Universitária do Norte Catarinense

**FUNDAJE** - Fundação Joinvilense de Ensino

**FURJ** - Fundação Educacional da Região de Joinville

**ICES** - Instituição Comunitária de Educação Superior

**IES** – Instituição de Ensino Superior

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases

**LHO** – Laboratório de História Oral

**MEC** – Ministério da Educação e Cultura

**SERES** - Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior

**STF** - Supremo Tribunal Federal

**UNIVILLE** – Universidade da Região de Joinville

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Crescimento dos cursos de Arquivologia no Brasil .....	40
<b>Tabela 2</b> - Tipos de Classificação – Aspectos relevantes .....	68

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1. PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO EM QUESTÃO.....</b>	<b>25</b>
<b>1.1. Dos Arquivos Centralizados à Classificação.....</b>	<b>25</b>
<b>1.2. Classificar sob o prisma da arquivística integrada.....</b>	<b>32</b>
1.2.1. Alguns métodos e tipos de classificação.....	36
1.2.2. Políticas e instrumentos de Gestão Documental.....	39
<b>1.3. Entre Classificar e Admirar o Arquivo.....</b>	<b>40</b>
1.3.1. Arquivo: um espaço de investigação.....	43
1.3.2. Por uma epistemologia do sensível.....	48
<b>2. OS ARQUIVOS E O ARQUIVISTA.....</b>	<b>53</b>
<b>2.1. Arquivo: Fragmentos de discurso.....</b>	<b>54</b>
<b>2.2. O arquivo é morto.....</b>	<b>57</b>
<b>2.3. A lei e o arquivo: fontes do direito arquivístico no Brasil.....</b>	<b>62</b>
<b>3. UNIVILLE E SEUS 50 ANOS: INFORMAÇÕES À LUZ DE SEU ARQUIVO .....</b>	<b>69</b>
<b>3.1. Memória institucional e pertencimento .....</b>	<b>70</b>
3.1.1. O Arquivo Central da Univille: história e comprovações.....	73
<b>3.2. Arquivo Central da Univille: pesquisa e investigação.....</b>	<b>78</b>
<b>3.3. Caracterizando do Arquivo Universitário.....</b>	<b>82</b>
3.3.1. A gestão Documental nos arquivos da Univille .....	83
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>91</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>98</b>
ANEXO A – Exposição de motivos para instituir uma Faculdade de Ciências Econômicas da Cidade de Joinville .....	99

ANEXO B – Ata da sessão solene de fundação da Faculdade de Ciências Econômicas na Cidade de Joinville .....	100
--	-----

## INTRODUÇÃO

Os registros contidos no arquivo são fragmentos repletos de vestígios, com possibilidades que podem ser intuídas diante de uma inquietude e sensibilidade que atravessam o fazer profissional. Está reflexão parte de um arquivista hermeneuta, e pode ser pensada a partir de um pesquisador que admira o arquivo; além disso, ela aponta para um arquivista sensível, que não aprisiona as possibilidades a partir da classificação, pois percebe um sentido adicional nas coisas que parecem não ter relação, anseia pela entrada e solicitação do “outro”, daquele que recebe o simples nome de usuário, isto é, é uma indicação de um arquivista hermeneuta e nomeado por pesquisador. Eis que o fazer arquivístico é uma das funções de um pesquisador, que pesquisa para outro pesquisador.

Mediante a isso, é preciso ver que “O arquivo é excesso de sentido quando aquele que o lê sente a beleza, o assombro e um certo abalo emocional” (FARGE, 2009, p. 36). Todavia o sentido no arquivo precisa ser desvelado a partir de olhar criterioso e comprometido, pelo qual o trabalho do arquivista pode ser traduzido no desejo de “desbravar o desconhecido”. Para isso, não basta apenas administrar a papelada, é preciso trazer à tona fragmentos, fontes de pesquisa, levando em conta a construção histórica social que permeia esse espaço, e olhar o passado no presente, mas sem desvencilhar do seu lugar de origem. Fazer conexões, que permitam ao pesquisador o maior número de fragmentos, para que esses possam ser confrontados, e aumentem seu pilar de sustentação.

Um agir sobre o arquivo desperta a curiosidade porque ali, além das necessidades administrativas e de comprovação, estão os documentos que servem à pesquisa, produzidos no passado em virtude das atividades que se desempenhavam. É preciso ver o documento como um produto da sociedade que, conforme Le Goff (2010), são monumentos que imortalizam a memória coletiva.

Os documentos são produzidos por questões administrativas. Não há uma intenção formalizada que pensa em criar documentos para contar uma história, para servir como uma fonte da memória ou pesquisa. Isto é consequência natural do registro enraizado na preservação. O que não é consequência é a forma com que esse documento será preservado, uma vez que, para servir à pesquisa, o documento depende da forma que é tratado, armazenado e principalmente o tratamento que será

dado pelo arquivista, que se torna o sujeito corresponsável pela fonte documentada mediante a análise daquele.

O modo com que o documento será descrito e armazenado, a partir da análise e classificação do mesmo, pode auxiliar o pesquisador, desde que esse tratamento não modifique sua originalidade documental. Manter os “bilhetinhos” e rascunhos, por exemplo, podem trazer um sentido adicional, esses fragmentos que não foram ditos, oficialmente e podem, segundo Pollak, (p.11) “se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida”. Logo quanto maior o número de fragmentos maiores as possibilidades de sustentação as fontes, inclusive de sentidos adicionais.

A primeira análise é a do “arquivista<sup>1</sup>”, afinal é na classificação do documento que o processo se inicia. Por isso é fundamental o aporte teórico e técnico, que une a teoria à prática, e ir além do que já existe, criando métodos que correspondam às necessidades do contexto, já que não basta pensar nos documentos de arquivo para uma única possibilidade; pelo contrário, esses devem ser pensados para múltiplos olhares e possibilidades.

Para deliberar sobre a documentação de uma instituição, seja ela qual for, é fundamental conhecer sua organicidade. Não se trata aqui apenas de organizar o arquivo, pois o processo é maior e exige do arquivista o entendimento da estrutura organizacional, da missão e dos objetivos que permeiam esse contexto; é a partir desse conhecimento que ele deve iniciar o processo, ou seja, tudo inicia com a análise, investigação e reflexão.

No início dos anos 2000, iniciei minhas atividades profissionais na Secretaria de Assuntos Acadêmicos da Univille, local esse que registra o agir da vida acadêmica, sendo o setor que mais acumula documentos na instituição. Por questões legais, em sua maioria, os documentos se classificam como de preservação permanente e, portanto, não podem ser eliminados.

---

<sup>1</sup> A lei 6.546 de 1978 nomeia de arquivista os profissionais graduados em arquivologia. Minha formação é pedagogia com especialização em Gestão de Arquivos, fiz o caminho inverso porque senti a necessidade de conhecimento acadêmico, para trabalhar na área “(...) isto não significa o endosso da tosca ideia de que qualquer um pode ser arquivista, e que a arquivística, tal qual o samba, deve ser aprendida apenas na prática. O ensino universitário de qualidade é imprescindível, assim como a leitura, a pesquisa e a experimentação” (LOPES, 2009, p. 26).

A escola é responsável por guardar e zelar pela documentação gerada, conforme determina a Lei n.º 8159, de 8 de janeiro de 1991. Esses documentos são solicitados em qualquer momento para fins de comprovação da trajetória acadêmica.

O armazenamento dos documentos acadêmicos tem início na Univille em 1965. Porém, como até 1986 a instituição não era informatizada, fomentam-se dúvidas acadêmicas, jurídicas, administrativas e históricas, que eram e ainda são consultadas por intermédio dos documentos do Arquivo Central da Univille (ACU).

Em 2007, as Pró-Reitorias de Ensino e Administração identificaram a falta de um modelo de gestão de documentos<sup>2</sup>. Para que esta se concretizasse, foi contratada uma consultora especialista em arquivos para ministrar um curso sobre Gestão de Documentos. Houve uma seleção de profissionais de várias áreas para fazer o curso, com o objetivo de preparar multiplicadores que levariam esse conhecimento para outras áreas da instituição.

Em novembro de 2009, fui convidada para assumir o ACU da Univille e minha primeira impressão foi de insegurança e incerteza. Mesmo assim, aceitei o desafio, movida por uma curiosidade e um desejo de poder consultar e, quiçá, transformar o arquivo, a partir de uma gestão de documentos, com seleção, descrição e classificação, agilizando o acesso à informação. Isto é, entre a incerteza e a insegurança, fiquei com a curiosidade em desvelar o patrimônio arquivístico que era guardado no ACU.

Com o auxílio de uma consultoria, fui aprendendo e delineando os primeiros passos. Minha experiência na instituição apontavam as discrepâncias entre as técnicas arquivísticas e a estrutura do ACU. O ACU era um local onde os documentos eram depositados, não havia registro nem triagem desses documentos, tudo era guardado e isso dificultava o acesso a informação. Hoje, entendo que já não pensava em um arquivo apenas como um instrumento da administração funcional da universidade. Assim sendo, a experiência com a consultoria resultou em consequências significativas, com processos iniciais bem simples, definida assim pelas palavras de FARGE (2009, p. 59): “o contato com o arquivo, começa por operações simples e que obrigatoriamente deve ser realizado sem pressa a ponto de dizer que o trabalho em arquivos é lento e exige do leitor muita paciência”. Nesse

---

<sup>2</sup> Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos arquivístico em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (CTDE. 2014. p. 23).



sentido, o importante é analisar a informação e, para isso, a leitura e pesquisa são aspectos fundamentais.

A primeira atividade desenvolvida foi inventariar o material do arquivo. Dessa forma, foi possível observar, em conformidade com a legislação pertinente, os documentos que já haviam cumprido sua função administrativa e jurídica, e não se encaixavam em documentos para pesquisa, portanto, passíveis de eliminação. Para esta tarefa, fui auxiliada pelos responsáveis das áreas. E, munida de termos de eliminação<sup>3</sup>, assinados pelo responsável da área e pela Pró-Reitoria a qual pertencíamos, iniciamos um primeiro trabalho de descarte. De início, foram eliminadas três toneladas de papel, como jornais e milhares de cópias duplicadas de textos vários, que podiam ser descartados sem prejuízo à instituição de ensino.

Com o passar dos dias, percebia que minha base prática ajudaria, mas eu precisava ir além: era necessário aliar minha vivência e sensibilidade a um referencial teórico condizente com a organização arquivista que eu pretendia impor àqueles documentos. Para ter confiança em aplicar técnicas e entender o que era documento de fato, busquei uma especialização em Gestão em Arquivos pela Universidade Federal de Santa Maria, iniciada em 2010. A partir desse curso, consegui unir, em um primeiro momento, teoria e prática, que resultou na monografia: “Diagnóstico como Princípio Norteador para Implantação de Sistema de Arquivos<sup>4</sup> na Univille”.

Implantado o Sistema de Arquivo na Univille, em 2011, concluímos em 2012 mais uma etapa, a organização das pastas dos acadêmicos. Ou seja, um trabalho de gestão que iniciou com a triagem e organização dos dossiês acadêmicos do período letivo de 1965 até 2008. Eram cerca de setenta mil pastas a serem organizadas uma a uma, organização esta que consistia em retirar os grampos, as duplicidades de cópias, os envelopes vazios e os elásticos. Após esse trabalho, foi realizado o inventário e a identificação de cada dossiê, o que tornou possível a localização da informação, não somente em pouco tempo, mas também de modo em que o documento poderia ser relacionado, de certo modo, a outros que o completassem ou oferecerem uma informação mais completa aos pesquisadores.

---

<sup>3</sup> Instrumento que reúne informações sucintas sobre os documentos que, após terem cumprido o prazo de guarda estabelecido na tabela de temporalidade, foram eliminados (DBTA, 2005, p.161).

<sup>4</sup> Conjunto de arquivos que, independentemente da posição que ocupam nas respectivas estruturas administrativas, funcionam de modo integrado e articulado na persecução de objetivos comuns (DBTA, 2005. p. 156).

Ainda em 2012 matriculei-me em uma disciplina do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade como aluna especial. Foi mais um passo na busca de referências profissionais para aperfeiçoar as atividades do arquivo da Univille. As leituras solicitadas para a disciplina “Memória e Identidade” se encaixavam nos meus propósitos profissionais, e fiquei bastante interessada em continuar na pesquisa.

No ano seguinte, em 2013, fui convidada a participar de um grupo de estudos sobre as muitas questões que movem a criação e funcionamento de espaços como Biblioteca, Museu, Memorial e Arquivo, e sobre a configuração desses espaços interdisciplinares.

Acolhida por muitas leituras, fui percebendo a necessidade de um novo olhar para o meu campo profissional, o que promoveu em mim a proposta de pensar no arquivo como uma hermeneuta, não no sentido de interpretar o documento, mas visando proporcionar ao pesquisador o maior número de informações possíveis. Para isso, não bastava organizar o arquivo por áreas e setores; era preciso um olhar reflexivo, que buscasse através da pesquisa fundamentos para o fazer arquivístico.

O arquivista hermeneuta é problematizado a partir de uma arquivologia que pode ser delineada ciente dos poderes e dos saberes envolvidos na produção e reprodução dos discursos. Assim sendo, era preciso entender o poder que resulta dessa função, para que ela fosse satisfatória e não uma simples reprodução de sentidos. O olhar desse profissional precisa ir além e levar em conta o que está por vir. De acordo com LOPES (2009), o hermeneuta é incompatível ao arquivista burocrático, que de forma clássica organiza, classifica, descreve e elimina os documentos, trabalho esse que leva em conta práticas e técnicas pré-estabelecidas que deixam de corresponder às necessidades do contexto.

O arquivista hermeneuta é o pesquisador, ele entende a importância da teoria e do método, porém, vai além. Busca entender o contexto em que o documento foi criado a sua finalidade, para fazer os entrelaçamentos das informações, percebe as relações das coisas que parecem não ter relação, através da interpretação da informação e do conhecimento da estrutura organizacional, o que lhe possibilita fazer conexões que estão longe de estarem aparentes. A pesquisa, reflexão, experimentação, dão a esse arquivista o conhecimento tácito, a experiência atrelada à teoria e à sensibilidade de uma prática arquivística, que classifica o documento, organiza, mas que vai além desse classificar. Lança um olhar crítico e curioso que

permite, ao ser interpelado, fornece um maior número de fragmentos, que dá sustentação à informação requisitada pelo pesquisador.

Essa necessidade perpassa um além no fazer arquivístico, uma vez que, quando os documentos começam a ser classificados, geralmente, não há organização e o processo de classificação é reflexivo, investigativo e interpretativo, pois somente dessa forma é possível descrever esses documentos e levá-los à luz da informação, para quem dele quiser se apropriar. Para isso, além de organizado, o arquivo deve estar acessível a múltiplos olhares e leituras.

O arquivista hermeneuta, este sim, é questionador, inquieto, indagador e observador. No entanto, seus questionamentos não desvinculam dos princípios e metodologias genuínas ao seu trabalho. O professor Lopes quer conduzir o arquivista brasileiro a que ele seja, cada vez mais, realmente, um “hermeneuta”. Que passe conscientemente a trilhar o caminho de uma arquivística que reflita os debates contemporâneos das ciências sociais e da filosofia (BELLOTTO, 2009, p. 15).

A Universidade da Região de Joinville - Univille, embora completando um cinquentenário de existência, possuía uma gestão de documentos formalizada há cinco anos e, além da discrepância do tempo, havia a problemática atrelada ao início da Instituição, que, cabe dizer, passou por vários lugares e administração, o que fez com que muitos dos documentos se dispersassem; além desses fatores, um dos maiores desafios era iniciar a organização desses arquivos sem conhecer o contexto a que faziam parte, ou seja, tudo aconteceu concomitantemente.

Os documentos pertencentes a esse arquivo estavam em trezentas caixas, na Reitoria, e precisavam ser abertas e movimentadas para dar lógica àquele amontoado de papéis que, de imediato, tinham a responsabilidade de trazer à tona dados sobre a história dos cinquenta anos da Univille, bem como uma série de comprovações para serem repassadas ao Sistema Federal de Ensino.

A Universidade da Região de Joinville é uma Instituição Comunitária<sup>5</sup> de

---

<sup>5</sup> Há várias décadas as instituições comunitárias prestam relevantes serviços de interesse público, com destaque para a educação. Criadas pela sociedade civil e pelo poder público municipal, as fundações educacionais e as universidades comunitárias por elas mantidas são reconhecidas pelas comunidades locais como um importante fator de desenvolvimento. O envolvimento direto da comunidade acontece por meio dos conselhos e na própria gestão, que é democrática. Sem fins lucrativos, com gestão democrática e participativa, as universidades comunitárias como a Univille constituem autênticas instituições públicas não estatais em favor da inclusão social e do desenvolvimento do país e reinvestem todos os resultados na própria atividade educacional. (UNIVILLE, 2015, p. 11)

Educação Superior (ICES), que até 2013 respondia ao Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC), órgão oficial, previsto na Constituição da República Federativa do Brasil que em seu Art. 211. afirma que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”.

Em 2013, a lei 12.881 reconheceu o caráter híbrido das IES comunitárias, criadas a partir da década de 1960 em Santa Catarina, que possuem as seguintes características, segundo seu Art. 1º:

- (i) estão constituídas na forma de associação ou fundação, com personalidade jurídica de direito privado, inclusive as instituídas pelo poder público;
- (ii) patrimônio pertencente a entidades da sociedade civil e/ou poder público;
- (iii) sem fins lucrativos, assim entendidas as que observam, cumulativamente, os seguintes requisitos:
  - não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
  - aplicam integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
  - mantêm escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão;
- (iv) possuem transparência administrativa, nos termos dos arts. 3º e 4º da Lei nº 12.881/2013; e
- (v) preveem a destinação do patrimônio, em caso de extinção, a uma instituição pública ou congênere.

A processo de migração ocorreu quando a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do MEC, publicou os Editais: 01/2011, 01/2012, 01/2014 e a Portaria nº 863/214, estabelecendo o regime de migração das Instituições de Educação Superior Comunitárias para o Sistema Federal de Ensino. A partir dessas publicações, em 2014, a Univille optou por migrar e se integrar definitivamente ao Sistema Federal de Ensino, e os cursos que já haviam sido avaliados, autorizados e reconhecidos pelo CEE/SC, serão submetidos ao um novo processo de avaliação federal.

Desse modo coube ao Arquivo Central da Univille (ACU), o levantamento de toda documentação histórica administrativa para promover as comprovações necessárias para esse processo. Assim se compreende o ACU: um lugar em que se exerce a reflexão, a pesquisa, a investigação, traduzidas na prática arquivística, que

acontece no encontro das problemáticas do dia a dia, entre avaliação, classificação e preservação. É nesse ambiente que se tem a percepção da necessidade de um profissional que vá além de métodos pré-definidos e que seja consciente da complexidade e importância de seu trabalho.

O grande problema de preservar o patrimônio arquivístico consiste em sua classificação, pois aí memória e esquecimento comungam do mesmo espaço, dependendo da intenção e olhar de quem analisa. Outro fator, no caso da Univille, era o de levar em conta dois episódios importantíssimos para essa Universidade: o aniversário dos 50 anos e a sua transferência para o Sistema Federal de Ensino, incluindo nesta as dificuldades encontradas, dos registros misturados, a falta de registros, lacunas e fissuras produzidas pelo tempo de vida da Unville.

Mediante a abordagem de uma proposta por uma epistemologia do sensível, deu-se início ao processo de mudança. Deste modo, foi possível se deparar com um *empoderamento* no fazer arquivístico que, no caso estudado, surgiu em razão da comemoração do Quinquagésimo aniversário da Unville, bem como das comprovações necessárias para a migração ao Sistema Federal de Ensino. Foi nesse contexto que existiram os questionamentos internos das teorias e métodos arquivísticos tradicionais, percebendo como eles eram insuficientes para este e todos os demais processos que tramam no jogo da produção da memória e do esquecimento institucional. As respostas foram surgindo diante dos desdobramentos que estavam ocorrendo, oriundos de indagações sobre o fazer arquivístico tradicional em que a classificação estava além de separar “estatutos e regimentos”.

Foram solicitadas muitas informações, que se encontravam deslocadas, fora de seu princípio da proveniência, em várias áreas e setores. Diante dessa problemática, o conhecimento sensível fluiu na busca por repostas e caminhos que levassem ao máximo de informações. Eram muitas fissuras, fatos baseados em fragmentos do passado. Por isso quanto maior fosse o número de fragmentos maior seria a aproximação das informações requisitadas.

Nesse jogo da memória e do esquecimento, a prática arquivística clássica não condizia com as necessidades de pesquisa, uma vez que fragmentos e vários tipos documentais se entrecruzavam a todo momento. Ao mesmo tempo em que se localizava um processo de autorização de curso, por exemplo, havia os seus desdobramentos, sendo em muitos momentos em bilhetes textuais, rascunhos e fissuras, que eram localizados ante a experiência do arquivista.

Entretanto é fundamental ir além da prática vivida para conceber toda uma compreensão de um arquivo, principalmente quando este é percebido a partir da funcionalidade e de um fazer arquivístico hermeneuta. Logo, aportou-se em busca de outras metodologias, o que culminou na pesquisa exploratória, envolvendo levantamento bibliográfica e documental. Quanto à natureza, foi utilizada a pesquisa qualitativa na busca por percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação no ambiente em que a pesquisa foi realizada.

Mediante a isso, esta dissertação teve como objetivo geral compreender e problematizar a relação entre os modos de fazer relacionados ao arquivo, colocando em questão os diferentes papéis de um arquivista, indo de sua atuação clássica às possibilidades, ao ser desafiado pelas tramas da memória e do esquecimento da trajetória institucional, de apurar seu olhar para uma sensibilidade que o transforma em um arquivista sensível e hermeneuta. A esse objetivo, outros, específicos, estiveram atrelados, a saber:

- 1 Investigar o arquivo da Univille a partir de um olhar de um arquivista sensível e hermeneuta, a fim de que se possa, deste modo, refletir sobre a gestão da informação arquivística;
- 2 Demonstrar que os documentos do ACU são vetores para a produção da memória institucional, na ocasião do seu quinquagésimo aniversário e para as comprovações ao Sistema Federal de Ensino;
- 3 Propor uma sistematização e organização do arquivo, com ênfase nas necessidades de informação do usuário.

Como todo trabalho de pesquisa não é produzido à sorte, este veio à luz a partir do seguinte problema de pesquisa, cuja pergunta foi acerca dos desafios que se encontram no cotidiano do fazer arquivístico, na concretude de um arquivo vivo, e que nos levou a um questionamento central: O Arquivo Central da Univille (ACU), como um vetor de memória e esquecimento de sua trajetória institucional, pode promover a emergência de um arquivista hermeneuta sensível?

No intuito de entendê-lo e propiciar considerações sobre o mesmo, atingindo o objetivo proposto, a dissertação foi distribuída em três capítulos.

No primeiro, foram abordados os principais conceitos de arquivo e de como estes se estabeleceram, tendo por base reflexões de Derrida (2001), em que foi problematizado historicamente as funções sociais e políticas dos arquivos, apresentados métodos de classificação numa abordagem interdisciplinar e filosófica, a partir da epistemologia sensível, pautada em Maffesoli (1998) e Hegel (1999), pela qual o sentido não se desvincula do sujeito, pois está associada à responsabilidade social de preservação dos documentos para além de uma classificação clássica e de como buscar nos fragmentos as informações que só se deixam perceber nas entrelinhas caso o arquivista hermeneuta, pesquisador, tenha um olhar sensível e contemplativo.

No capítulo seguinte, as reflexões aportaram-se em Foucault (2008) e Derrida (2001), e conduziram a ver os enunciados de poder que estão envoltos nesse jogo entre a memória e o esquecimento, que traz à tona o arquivo morto que representa estereótipos, e também a memória dos mortos que são lembrados por intermédio das vozes de seus fantasmas, mostrando que o arquivo precisa da finitude para existir e do arqueólogo para preservar; nesse caso, trata-se também das leis e sua vigência no Brasil e da disseminação profissional, via cursos universitários que capacitam e demarcam os espaços desse fazer arquivístico.

No terceiro capítulo, realizou-se uma leitura da Comemoração dos 50 anos da Univille, do sentimento de pertencimento que surge para superação das problemáticas enfrentadas para a construção dessa história, e de outra questão que necessitava de enfrentamento, a busca de comprovações documentais, e que foi necessária para migração para o Sistema Federal de Ensino. Para tanto, sinalizou-se vieses aos percalços desta pesquisa e de como o olhar sensível e hermeneuta do arquivista que pode ser traduzido como um pesquisador, é fundamental e imprescindível para o fazer arquivístico, de forma que a prática esteja imbuída na teoria, a partir de reflexão e análise constante. A abordagem partiu dos documentos institucionais, onde os fragmentos de passado tornam-se pelas mãos do arquivista fontes de memória e comprovações.

O sentimento de pertencimento surgiu ao longo do tempo de trabalho na Univille, da experiência adquirida, das relações construídas, do desejo de servir o outro para cuidar de si. Estes “instrumentos” foram responsáveis por aflorar a sensibilidade que, cabe dizer, não se desvincula da razão, visto que aparece no

conhecimento tácito, unindo teoria à prática e faz surgir um outro tipo de arquivista, o hermeneuta, o pesquisador. Esse arquivista hermeneuta sensível busca a relação nas coisas, vistas por alguns como sem relação, intercruzando informações, pois ele conhece o contexto e entende ou busca entender como o processo que acontece ou que aconteceu, e em que em algum momento ele pode ser uma fonte de informação. Fragmentos surgem e são classificados por semelhanças, mas o arquivista hermeneuta e sensível lança um olhar de admiração sobre esses fragmentos, vendo aí possibilidades múltiplas, mesmo quando esses parecem não se assemelhar.

Esse foi, entre muitas trilhas possíveis, meu percurso durante a intervenção no ACU, em especial, no transcorrer de seu quinquagésimo aniversário, atrelado e motivado, também, pela migração para o Sistema Federal de Ensino, em 2015, o que resultou em muita reflexão, investigação, pesquisa e interpretação para responder e corresponder a essas necessidades pontuais.

O arquivista uniu a teoria à prática, pesquisou, investigou, interpretou, para tentar entender e perceber onde a informação estava, para preencher vazios, que precisavam ser comprovados e outros que precisavam ser confrontados. Por isso o olhar sensível e hermeneuta, pois esse olhar não se contenta apenas com um fazer burocrático, em que basta organizar a papelada, é preciso compreender as informações contidas nesses fragmentos, refletir, analisar para, então, proporcionar ao pesquisador várias possibilidades.

Quando me deparei com os documentos do arquivo da Univille, senti-me como um viajante do tempo: em cada documento uma história fascinante em linhas e entrelinhas. Essas percepções, e, em um único olhar, são poucas, assim como também não é muita coisa, encontrar no arquivo apenas possibilidades de comprovação, pois o arquivo é um organismo vivo que pulsa e se lança a vários olhares e necessidades dos atores sociais arquivistas, historiadores, demais estudiosos, pesquisadores vários e, acima de tudo, aos olhares desta e de outras instituições de ensino e, até mesmo, de autarquias governamentais.



## 1. PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO EM QUESTÃO

Não comecemos pelo começo nem mesmo pelo arquivo. Mas pela palavra “arquivo” – e pelo arquivo de uma palavra tão familiar. Arkhê, lembremos, designa ao mesmo tempo o começo e o comando. Este nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da natureza ou da história, ali onde as coisas começam – princípio físico, histórico ou ontológico -, mas também o princípio da lei ali onde os homens e os deuses comandam, ali onde se exerce a autoridade, a ordem social, nesse lugar a partir do qual a ordem é dada – princípio nomológico (DERRIDA, 2001, p. 11).

Nesse fragmento, extraído de um ensaio de Derrida, encontra-se um exemplo das possibilidades de reflexão sobre o arquivo. Logo seria possível iniciar este capítulo a partir de uma revisão etimológica bem simples. As palavras de Derrida inquietam e conduzem para além dos discursos de origem ou das narrativas históricas. A partir desse pensamento, a palavra “arquivo” passa a carregar outros significados, entre eles o princípio físico, histórico ou ontológico, além do princípio da lei. Nesse sentido, um olhar para o arquivo também convida a desvelar os discursos de saber e de poder envolvidos na produção, na reprodução e na seleção possível dos arquivos.

Munida desta inquietação, o presente trabalho busca ir além das alegorias descritivas sobre o arquivo para pensá-lo e problematizá-lo fora de um lugar de mera classificação de papel ou de informações: para pensá-lo mediante uma questão viva e hermeneuta atrelada a sensações e a experiências do humano, eis nosso princípio.

### 1.1. Dos Arquivos Centralizados à Classificação

Derrida vai além da palavra arquivo e instiga a refletir de como esse espaço pode funcionar diante das mãos e ideias de quem o conduz. No entanto, de modo geral, a palavra arquivo é estudada a partir da palavra grega “*archeion*”, inicialmente utilizada pelos Gregos no século III ou II a.C., que pode ser assim traduzida como: palácio do governo, administrador geral, gabinete do magistrado, escritório de registros, registros originais, repositórios de registros originais, autoridade. A palavra *archeion* provém de *arch*, cujo sentido pode ser entendido como: fundação, comando, poder, autoridade. Esses conceitos estabelecem ao arquivo uma relação

administrativa, que surge das relações entre os governos, pessoas e organização (GAGNON-ARGUIN, 1998).

Lopes (2009) enuncia que os arquivos são compostos por informações orgânicas e originais, independente do suporte que é produzido ou recebido por pessoa física ou jurídica no desenvolvimento de suas atividades, sejam elas administrativas, científicas e que independem de sua idade e valor atribuído. Nessa perspectiva, os arquivos constituem-se como prova documental de grande importância para a vida das instituições, pois servem como fonte de sua história, autenticidade e transparência de suas ações.

O arquivo é também a acumulação dos documentos de forma ordenada, que em sua maioria são textuais, criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro, conforme advoga Paes (2004). Esse é o arquivo vivo, no qual os documentos são acumulados para servir ao órgão que o criou e são guardados pelo valor a eles atribuído.

Outro olhar sobre o arquivo vem de Rousseau e Couture (1998), que o definem como um conjunto de informações que, independentemente de sua data ou suporte, foi constituído por pessoa física, pública ou privada no exercício de suas atividades, inicialmente preservado por seu valor primário, pois se constitui de documentos administrativos, fiscais e jurídicos, e depois por seu valor secundário, que significa os documentos informativos, probatórios e históricos.

Deste modo, o arquivo pode ser pensado mediante um conjunto de documentos que contém informações, que se encontram organicamente reunidos ou que se acumularam no curso de uma atividade, seja esta qual for, mas que tenha o compromisso com a memória e deseja que aqueles sejam guardados e preservados para os mais diversos fins.

Schellenberg (2006, p. 25) ressalta que "os arquivos como instituição, provavelmente, tiveram origem na antiga civilização grega. Entre os séculos V e IV a.C., quando os atenienses guardavam seus documentos<sup>6</sup> de valor no templo da mãe dos deuses". Segundo Elio Lodolini (1989), citado por Rousseau e Couture (1998, p. 34), já na Antiguidade, o homem registrava sua memória primeiramente sob a forma oral, mais tarde por desenhos e, finalmente, por símbolos gráficos correspondentes

---

<sup>6</sup> Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato (DBTA, 2005, p.73)

às sílabas e às letras. Lopes (2009) vai além ao comentar que o arquivo surgiu antes de se pensar em deixar registro e elege os fósseis como sendo os primeiros arquivos naturais, vestígios de civilizações desaparecidas.

De acordo com Paes (2004), a escrita evoluiu juntamente com os suportes, e essa evolução foi acompanhada pelo entendimento sobre o valor dos documentos e a necessidade de preservá-los. Schellenberg (2006) afirma que a partir do momento que os documentos registrados começaram a se multiplicar surgiu a necessidade de organizá-los.

Essa polissemia acerca do arquivo está atrelada a várias possibilidades, que vão dos registros deixados por antigas civilizações, das necessidades de organização, garantia de direitos, transações econômicas, escrita da história e ainda sobre onde esses registros eram armazenados. Nesse sentido, Tanus (2014) pondera que a perspectiva de origem e criação de arquivos está relacionada a bibliotecas e museus que têm relação com a passagem da oralidade para escrita.

Na Antiguidade e Idade Média, ao que se percebe, não houve separação entre os escritos literários e demais documentos, “o advento da imprensa, pouco a pouco forçou a delimitação dos campos de atuação de cada uma delas” (PAES, 2004, p. 16).

Araújo (2011) faz um panorama acerca de como inicia essa relação entre Arquivos, Museus e Bibliotecas, e quando esses se dissociam em campos disciplinares distintos. Em conformidade com esse autor, a escrita e a constituição das primeiras cidades, há mais de cinco milênios, dão início aos primeiros espaços para a guarda e preservação dos acervos, que até esse momento não diferenciavam um acervo de outro. A partir do século XV até o século XVII, foram publicadas várias teorias, manuais e regras sobre essas três áreas, arquivos, museus e bibliotecas, no entanto, o foco dessas publicações estava na preservação dos registros documentados para as próximas gerações e ainda servir como campo de pesquisa nas áreas da Literatura, Artes, História e ciências. Com a Revolução Francesa, foram criados o “Arquivo Nacional”, a “Biblioteca Nacional” e o “Museu Nacional”, ambos de caráter público e disponíveis ao cidadão comum.

A distinção entre as três instituições, a partir da Revolução Francesa, advém da acumulação dos acervos do Antigo Regime e das novas aquisições, como obras de arte e literatura. Dado o interesse em cultuar essas obras, há a necessidade de guarda e preservação, com isso surge os primeiros cursos profissionalizantes “voltados essencialmente para regras de administração das rotinas destas instituições

e, seguindo a tradição anterior, para conhecimentos gerais em Humanidades (ou seja, os assuntos dos acervos guardados)” (ARAÚJO, 2011, p. 21).

Essa relação histórica entre arquivo, biblioteca e museu, relaciona-se com a preservação e a disponibilização desses registros, que está a serviço de outras disciplinas e ainda não tem um campo científico definido. Essa distinção passa a acontecer à medida que há um avanço tecnológico, o que faz aumentar a quantidade de acervos e, com isso, a necessidade de qualificação profissional, algo que passa a questionar cada prática e suas concepções, na busca do domínio do objeto, não querendo dizer com isso que essas disciplinas não compartilhem de interesses comum, o que se persegue é uma busca indentitária em seu campo de interesse. “O campo é um jogo no qual as regras do jogo estão elas próprias postas em jogo” (BOURDIEU, 2003, p. 29). Assim sendo, para a delimitação do campo profissional, foi necessário estabelecer regras, métodos e teorias que dessem conta de cada área. Segundo Araújo (2011), as primeiras regras para delimitação do campo são: na arquivística, o princípio da proveniência, na biblioteconomia, regras de catalogação, e na museologia são as regras voltadas para exposição.

O campo arquivístico começa a ser delimitado a partir da modernidade, devido à necessidade de armazenamento dos documentos do novo e do antigo regime, após a Revolução Francesa, que, em 1789, originou o Arquivo Nacional e que, segundo Fonseca (2005, p.41), “serviu como estabelecimento central dos arquivos do Estado, onde deveriam ser recolhidos os documentos produzidos pelos diferentes níveis da administração pública na França”. O poder que emana dos documentos de arquivos, de certa forma, sempre fora percebido por quem detém o poder, por exemplo,

Os artesãos da Revolução francesa compreendem o “poder” que os arquivos encerram e a sua importância no exercício do governo, criando os Archives Nationales de France em 1789 e querendo conservar, desde o início do mandato, todos os documentos produzidos sob a nova administração (ROUSSEAU E COUTURE, 1998, p.33).

Sob essa ótica, Napoleão I, que entendia o poder que emanava dos documentos, determinou que os arquivos da administração central e dos órgãos das províncias fossem centralizados em apenas um lugar. Aliás, é atribuída a ele a seguinte frase: “Um bom arquivista é mais útil a um governo do que um bom general

do exército.” Essa centralização trouxe consequências desastrosas e interferiu na ordem original dos documentos<sup>7</sup> (GAGNON-ARGUIN, 1998, p. 31).

O acúmulo documental centralizado, sob o domínio de Napoleão, de acordo com Rousseau e Couture (1998), fez com que o governo francês, conduzido por Natalis de Wally, historiador e arquivista, chefe da Seção Administrativa dos Arquivos Departamentais do Ministério do Interior, em 24 de abril de 1841, publicasse uma circular na qual se dizia que era necessário reunir os documentos por fundos, ou seja, reunir os títulos provindos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo. Surgiu aí o primeiro marco teórico da arquivística, o “Princípio de Proveniência” ou “Respeito aos Fundos Arquivísticos” (DTA, 2005).

Conforme Mundet (2001), o princípio da proveniência, considerado o maior princípio para as intervenções arquivísticas, foi responsável por tirar a arquivística da anarquia e trazê-la à luz da ciência. Isto possibilitou a redução da dispersão dos documentos e se estabeleceu como forma de garantir a integridade administrativa dos arquivos, facilitando a recuperação da informação.

O princípio da proveniência demonstrou a necessidade de conceitos e princípios que auxiliassem nas práticas aplicadas aos arquivos. A partir do momento em que se percebe nos arquivos a possibilidade de construção da “memória nacional” e diante da preocupação em preservar esses registros, criaram-se técnicas de organização, favorecendo o acesso a essas informações. Isso levou à publicação, em 1898, do “Manual dos Arquivistas Holandeses”, por Muller, Feith e Fruin que, para Fonseca (2005), foi um marco para a arquivística, pois trouxe:

- a) a inserção da arquivologia na *episteme* da modernidade especialmente na chamada “esfera política”;
- b) a conseqüente importância das instituições arquivísticas para lidar com os problemas de uma administração pública que deve ser eficiente;
- c) a subordinação da disciplina em relação ao seu objeto, ou seja, se a ideia de arquivo estiver clara, estará clara a ideia de arquivologia; e
- d) a tradição manualística da área, às suas limitações e às tentativas de generalizar o particular, favorecendo o império da norma. (FONSECA, 2005, p. 33)

---

<sup>7</sup> A ordem original dos documentos é a principal unidade de arranjo estrutural dos arquivos permanentes, constituídos de documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivos, também conhecido como princípio da proveniência (PAES, 2004, p. 26/27).

O Manual dos Arquivistas Holandeses, entendido como um marco, traz à tona o princípio da lei e da ordem, através do qual o arquivista servirá aos propósitos necessários para escrita da história, ou seja, nesse período com normas e métodos estabelecidos, resta ao arquivista seguir os manuais em um processo que a arquivística é uma disciplina auxiliar da história.

Essa situação da arquivística como disciplina auxiliar da história começa a se modificar Após a II Guerra Mundial (1939 – 1945), por necessidades advindas de um período que ficou conhecido como “explosão documental”. Isto é, veio em consequência de questões políticas e administrativas relacionadas ao fim da Guerra, o que impulsionou a ciência e tecnologia e, com isso, o crescimento da produção e reprodução documental. A necessidade de classificar essa documentação trouxe consigo, de acordo com Rodrigues (2013), o conceito “gestão de documentos” que surgiu da necessidade de racionalizar e controlar essa “explosão documental” que estava se acumulando em depósitos sem tratamento.

O termo gestão de documentos é descrito “como conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento” (DBTA, 2005, p. 100). Os arquivos, então, passam a integrar o quadro dos “saberes” de Estado. Ressalta Fonseca (2005) que esta abordagem se constituiu em um referencial para o reconhecimento das fronteiras da disciplina e de suas possibilidades interdisciplinares.

Impulsionada pela explosão documental, surge a premência de organizar a massa documental e, com isso, Theodore Roosevelt Schellenberg, arquivista estadunidense, preocupando-se com a avaliação e classificação dos documentos, desenvolveu os conceitos de valor primário, que referem-se ao valor administrativo e probatório e ao valor secundário, que são os documentos com valor histórico, cultural ou informacional. A partir desse conceito, conforme Barros (2010), o historiador Carlos Wyffels passou a difundir a teoria das três idades que dividiu os documentos em arquivos de acordo com as fases ativa, semiativa e inativa dos documentos, denominando-os, respectivamente: corrente, intermediário e permanente, ou de 1ª idade, 2ª idade e 3ª idade. Esse método age como interventor do conceito de ciclo vital dos documentos que afirma que os documentos de arquivo são caracterizados pela frequência de sua utilização e por isso passam por um ou mais períodos. Tal conceito decorre da avaliação e classificação do documento que

possibilita na 2ª idade do documento determinar o que será armazenado e o que será eliminado.

A partir da teoria das três idades, Lopes (2009) advoga que é contra qualquer determinação a priori do tempo de duração em cada fase ou período de documento, e critica também as tabelas de temporalidade<sup>8</sup> que embasam o tempo de seu documento levando em conta tabelas pré-estabelecidas, sem pesquisa e reflexão. Pior que a produção de tabelas de temporalidade sem reflexão e análise é a criação de termos de eliminação criados sem pesquisa. A eliminação de documentos sem critérios pode ser pensada a partir de uma eliminação selvagem, que compromete a administração em termos jurídicos e comprobatórios e a qualquer tipo de pesquisa.

Antes de iniciar a classificação dos documentos, é importante que o arquivista conheça o contexto organizacional que, de acordo com Lopes (2009, p. 278), “não há como propô-las sem recorrer ao estudo da gestão administrativa, dos interesses legais e dos parâmetros mínimos para se considerar peças documentais ou dossiês como de valor permanente”. Esse ponto de vista confere ao que ele chama de um constante e reflexivo olhar do pesquisador, que deve estar atrelado ao fazer arquivístico.

Sendo assim, o comprometimento não deve ser solitário e nem tomado como uma visão autoritária por parte do arquivista, afinal a avaliação dos documentos e sua destinação precisa estar atrelada a uma comissão multidisciplinar, que geralmente é constituída por arquivista, advogados, historiadores, bacharéis em sistemas de informação, economistas, administradores, contadores, entre outros. A comissão multidisciplinar avalia a documentação levando em conta todos os aspectos que lhes são pertinentes, logo essa interação entre os campos interdisciplinares produz conhecimento diante das discussões e reflexões acerca de um determinado assunto e ainda confere o reconhecimento da arquivologia como um campo científico.

Os problemas em relação ao arquivo se originam no arquivo corrente, onde os documentos são produzidos e reproduzidos, na maioria das vezes sem reflexão, ou porque sempre foi feito assim, portanto esse é o local onde se deve iniciar a intervenção, no qual o arquivista faz a “radiografia” da organização, sua estrutura e

---

<sup>8</sup> As tabelas de temporalidade são um instrumento de destinação, aprovado por autoridade competente, que nesse caso, trata-se de uma comissão de Gestão documental, formado por uma equipe multidisciplinar (arquivista, historiador, bibliotecário, administrador, advogado, contador e etc) que com base na legislação e especificidade de suas áreas vão avaliar a documentação para determinar os prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação dos documentos (DBTA, 2005, p. 159).

finalidade, utilizando o diagnóstico para entender o que será classificado e o porquê dessa classificação. Sobre a classificação, Lopes (1996, p. 98) avalia que

A operação de definir a classificação e aplicá-la às informações e acervos é matricial. Sem ela, qualquer outra operação descritiva ou avaliativa tenderá a fracassar. Mesmo no que se refere às atividades de preservação e restauração, a classificação é que permitirá definir a prioridade de procedimentos. Acervos guardados sem qualquer classificação estão no limbo do universo do conhecimento, porque não é possível acessá-los ao conteúdo informacional existente.

A proposta de trabalho de classificação, segundo Sousa (2002), considera os marcos teóricos da Arquivística, que consistem no princípio da Proveniência, na teoria das três idades e o Plano de Classificação, que se trata de um “esquema de distribuição de documentos em classes, de acordo com métodos de arquivamento específicos, elaborado a partir do estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise do arquivo por ela produzido” (DBTA, 2005, p. 132).

Assim sendo, a arquivologia propõe métodos, teorias, princípios e regras, e compete ao arquivista deliberar sobre essa metodologia a partir da classificação, que é quando inicia o fazer arquivístico. Classificar é a parte que mais exige reflexão e análise, uma vez que é nesse momento que se decide o que preservar e o que eliminar.

## **1.2. Classificar sob o prisma da arquivística integrada**

Neste momento deste estudo, torna-se de grande relevância apresentar alguns métodos de classificação e de como esses funcionam no fazer arquivístico, ressaltando-se a importância da arquivística integrada que vislumbra a classificação na produção do documento cujo conhecimento contextual acontece em conjunto com o órgão produtor, justificando o princípio da proveniência e a necessidade do conhecimento do contexto em que o documento foi criado.

Conforme Rousseau e Couture (1998), muitas foram as tentativas para classificar os documentos; utilizava-se simultaneamente divisões por locais, símbolos, tipos documentais, assuntos, estruturas e atividades institucionais. Entre alguns



exemplos citados pelos autores, estão os arquivos dos países baixos, que classificaram seus documentos por títulos, tais como: “espada, adaga, florete”. Mas foi no ducado de Uzès, no século XVIII, que a classificação ficou mais fácil de compreender, já que os arquivos eram agrupados por títulos: Privilégios da Cidade; Direito dos Senhores; Assuntos Militares, etc. Ainda para esses autores, a classificação começa a ser pensada teoricamente após a Revolução Francesa, quando Natalis de Wally, chefe dos arquivos do Ministério do Interior, percebeu que a centralização dos documentos, separados por assuntos e desvinculados do órgão produtor, trazia problemas para localização da informação; então, investido de prática como arquivista, propôs em abril de 1841 que os documentos deveriam ser classificados por títulos provenientes de um mesmo estabelecimento, família ou indivíduo, assim como a sua disposição. Nasceu, assim, o primeiro e grande princípio da arquivística, o princípio da proveniência, o qual determina que os documentos de um órgão não devem ser misturados ao de outro órgão produtor.

No Brasil, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA), de 2006, a classificação é a organização dos documentos e ela deve ser feita a partir de um plano de classificação<sup>9</sup>, código de classificação<sup>10</sup> ou quadro de arranjo<sup>11</sup>, levando em conta seu grau de sigilo, conforme legislação específica. Tanto o plano de classificação quanto o quadro de arranjo devem ser elaborados em conformidade com o estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise do arquivo por ela produzido. Ainda salienta-se que a diferença entre o plano de classificação e o quadro de arranjo, segundo o DBTA, é que o primeiro se refere ao arquivo corrente e o segundo trata do acervo do arquivo permanente.

Embora havendo essa distinção entre arquivo primário e secundário, feita na descrição do DBTA, quando se trata, em sua definição, do plano de classificação e quadro de arranjo, o primeiro falando dos arquivos correntes e o segundo dos permanentes, leva-se em conta aqui a abordagem defendida pela arquivística integrada, que surge na década de 80, no Canadá, tendo como premissa a organização em todo o ciclo vital dos documentos.

---

<sup>9</sup> Esquema de distribuição de documentos em classes, de acordo com métodos de arquivamento específicos, elaborado a partir do estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise do arquivo por ela produzido. Expressão geralmente adotada em arquivos correntes (DBTA, p. 132).

<sup>10</sup> Derivado de um plano de classificação (DBTA, p. 51).

<sup>11</sup> Esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo. Expressão acervo adotada em arquivos permanentes (DBTA, p.141).

Sobre esta definição, Lopes (2009) pondera que a arquivística integrada surge das propostas advindas de Rousseau, Ducharme e Couture, que propõem uma visão global da arquivística assim como o estreitamento dessa com as ciências sociais aplicadas. Trata-se da classificação em uma perspectiva global, pela qual o arquivista tem sua função continuada, que inicia no momento da criação do documento até o destino final deste. No entanto, o arquivista é capaz de avaliar o documento em qualquer fase e, para isso, entender o contexto de criação do documento, bem como para qual finalidade, é parte fundamental do processo. A classificação de documentos exige um olhar reflexivo e crítico, além de outros saberes e olhares, e isso não porque a lei prevê que o documento deva ser mantido por cinco anos, que isso precisa ser seguido. Por isso o arquivista hermeneuta, pesquisador, entende como fundamental a participação do Comitê Interdisciplinar de Avaliação Documental, que nesse processo tem a responsabilidade, juntamente com o arquivista, de avaliar os documentos produzidos e acumulados no âmbito institucional, visando a identificação dos documentos destinados à guarda permanente e a eliminação dos documentos, destituídos de valor.

(...) repara-se que não se trata aqui de estabelecer distinções entre os arquivos correntes, os intermediários e os definitivos. Com efeito, as funções devem ser abordadas de modo a cobrir o conjunto dos princípios, dos métodos e das operações que se aplicam à organização e ao tratamento dos arquivos, independentemente da idade destes. (ROUSSEAU E COUTURE, 1998, p. 265)

Como a arquivística integrada visa ao tratamento do arquivo de forma global, que inicia na produção documental e continua até a sua destinação final, esse processo permite a continuidade do tratamento arquivístico e possui três objetivos, a saber:

- I. garantir a unidade e a continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo e permitir assim uma perspectiva do princípio das três idades e das noções de valor primário e de valor secundário;
- II. permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas numa política de organização dos arquivos;
- III. integrar o valor primário e o valor secundário numa definição alargada de arquivo. (ROUSSEAU E COUTURE, 1998, p. 70)

Essa proposta decorre dos problemas advindos das intervenções arquivísticas,

que eram feitas de maneiras separadas e fragmentadas. O trabalho era articulado separadamente e, por vezes, descontinuado. Com a arquivística integrada, o arquivista é capaz de responder e corresponder com as necessidades do produtor, pois com a continuidade do trabalho também é possível trabalhar desde criação do documento até o seu último destino.

A classificação considerada o primeiro processo arquivístico é matricial, todavia a classificação deve ser vista sob os aspectos que vão além das relações ou da falta delas, pois não basta um método, uma teoria ou uma prática, visto que o papel do arquivista vai além da classificação. Ele deve considerar os aspectos discursivos e simbólicos que emanam do documento e precisam ser classificados, avaliados e descritos mediante o seu contexto histórico.

A classificação é uma função importante para a transparência e o compartilhamento de informações, que são caminhos seguros para a tomada de decisão, para a preservação da memória técnica e administrativa das organizações contemporâneas e para o pleno exercício da cidadania. Ela é uma atividade reconhecida, pela maior parte dos autores que tratam da questão, como matricial. Ela precede todas as outras atividades. (SOUSA, 2003, p. 240)

O trabalho do arquivista começa pela construção de uma sociologia e história organizacional, que será balizadora para a qualidade do trabalho que se pretende desenvolver. A classificação define a organização física dos documentos arquivados, constituindo-se em referencial básico para sua recuperação.

Os documentos podem ser classificados conforme suas características, forma ou conteúdo. Para que se faça uma excelente classificação, o melhor método é aquele que vem como produto da reflexão, da pesquisa, afinal ele produz conhecimentos substantivos que irão permitir soluções de tratamento que ultrapassam uma decisão burocrática.

O coração humano simbolizou, no passado, a fonte da nossa consciência. Neste final de século, sabe-se que o coração é uma máquina muscular que nos mantém vivos, mas que é comandada pelo cérebro. Metaforicamente, pode-se dizer que a classificação, a avaliação e a descrição são partes do sistema comandado pelo “coração” arquivístico. (...) constata-se que muitas vezes as práticas de classificação, avaliação e descrição carecem de uma fundamentação teórica, de razão e de lógica, isto é, de um “cérebro” no comando (LOPES, 2009, p. 282).

O processo de classificação, avaliação e descrição do documento, de acordo com a arquivística integrada, inicia no arquivo corrente a partir da criação do documento, conhecendo o seu órgão produtor, sua estrutura, funções, atividades desenvolvidas, tipos documentais e legislação que regula essa documentação. Dessa forma, o processo classificatório torna-se fácil, uma vez que a pesquisa e a interpretação serão feitas em conjunto com o órgão produtor, do qual também surgem as reflexões, ideias e questionamentos que acabam por criar novos processos e facilitar os já existentes.

### 1.2.1. Alguns métodos e tipos de classificação

A classificação de documentos inicia com o estudo da estrutura do organismo produtor e suas funções e também das atividades desenvolvidas. Essa afirmação é compartilhada por autores como: Lopes, Bellotto, Paes, Sousa, Rousseau, Couture, entre outros.

Escusado dizer o quanto pesa, nessa fase da função arquivística, o conhecimento profundo das estruturas administrativas atual e passada das entidades nas quais o arquivo se insere. Sem que se conheça o ato de criação, a evolução, a competência e as atribuições de cada organismo governamental ou organização privada, e qual sua posição no organograma administrativo, não se pode estabelecer o quando de fundo para efeitos classificatórios e descritivos (BELLOTTO, 2004, p. 33).

A classificação é matricial na gestão de documentos e, por isso, precisa estar relacionada com a investigação e reflexão. A pesquisa das atividades que são desenvolvidas e o conhecimento da entidade produtora, sua missão e objetivos, possibilitam ao arquivista o caminho à identificação de quais são os documentos produzidos para a atividade-fim e quais são aqueles que servem para a atividade-meio, e ainda relacionar as funções mais abrangentes. Tanto as funções quanto as atividades desenvolvidas dão o saber para iniciar a classificação.

As atividades fim são compreendidas como aquelas pela qual a organização foi criada, suas ações técnicas e científicas, que definem a instituição. No caso da Univille, a sua atividade fim expressa-se em sua missão, a saber: “Promover formação

humanística e profissional de referência para a sociedade atuando em ensino, pesquisa e extensão e contribuir para o desenvolvimento sustentável<sup>12</sup>". Ou seja, todos os processos de ensino, pesquisa, extensão e sustentabilidade fazem parte de sua atividade fim, portanto, esses documentos não podem ser eliminados, porque além de serem administrativos, jurídicos e fonte de pesquisa, compõem a Memória Institucional da Universidade; já os documentos da atividade meio são aqueles gerenciais, administrativos e burocráticos, que definem as estruturas e políticas organizacionais da instituição.

Essa sequência de operações consiste em estabelecer o prazo de vida dos documentos de acordo com seus valores comprobatórios ou informativos, todas as possíveis finalidades e tempo de vigências referentes a eles. Para encontrar o melhor método para classificação, a pesquisa é necessária e balizadora para dar sentido à ordenação. Nesse caso, o tratamento documental, quando é feito com base na arquivística integrada e na pesquisa como método de intervenção, faz perceber que "os desafios do nosso tempo exigem que se tenham respostas para problemas passados e atuais" (LOPES, 2009, p. 570)

O método de arquivamento deve ser adequado às características dos documentos a serem classificados, identificando o aspecto pelo qual o documento é mais consultado. Quando se trata de planejar a organização de um arquivo, alguns elementos importantes a considerar são: nome (do remetente ou destinatário a quem se refere o documento), local, número, data e assunto. De acordo com o elemento mais importante e mais frequentemente procurado em cada caso, os arquivos podem ser organizados por ordem alfabética, geográfica, numérica ou ordem de assunto:

- Ordem alfabética – É o método mais simples, desde que o elemento principal a ser considerado seja o nome. As desvantagens estão relacionadas aos grandes volumes de documentos, o que pode levar ao arquivamento em local errado, devido ao cansaço visual e à variedade de grafia dos nomes.
- Ordem geográfica – Considera a procedência ou local do documento. A desvantagem do método é exigir duas classificações, local e nome do correspondente.
- Ordem numérica – Método indireto que necessita de duplicidade de pesquisa, índice alfabético, que fornecerá o número sob o qual o documento foi

---

<sup>12</sup> Disponível em: <http://www.univille.edu.br/site/universouniville/pt/auniville/valores/25978>. Acesso em: 29 jul. 2016.

arquivado. A vantagem é o grau de sigilo.

- Ordem de assunto – O método de arquivamento por assunto não é de fácil aplicação, pois depende de interpretação dos documentos analisados, além do amplo conhecimento das atividades institucionais. No entanto, é o método mais aconselhado nos casos de grandes massas documentais e assuntos.

Para Paes (2004), dependendo do aspecto que os arquivos são estudados, eles podem ser classificados da seguinte forma:

Tabela 1. Tipos de Classificação – Aspectos relevantes

Mantenedores	Públicos - federal, estadual e municipal.
	Institucionais - educacionais, igrejas, corporações não lucrativas, sociedades e associações.
	Comerciais - empresas, corporações e companhias.
	Famílias ou pessoais
Estágio de evolução	Arquivos de primeira idade ou correntes
	Arquivos de segunda idade ou intermediários
	Arquivos de terceira idade ou permanentes
Extensão de Atuação	Arquivos setoriais
	Arquivos centrais ou gerais
Natureza dos documentos	Arquivo especial - fotografias, discos, fitas, slides, disquetes, CD, etc.
	Arquivo especializado - documentos resultantes da experiência humana independente do formato
Gênero	Escritos ou textuais
	Cartográficos: representações geográficas, arquitetônicas ou de engenharia (mapas, plantas);
	Iconográficos: imagens estáticas (fotografia, desenhos, gravuras);
	Filmo gráficos: imagens em movimento (filmes e fitas videomagnéticas);
	Sonoros: registros fonográficos (discos e fitas audiomagnéticas);
	Micro gráfico (rolo, microficha, microfilme);
Informáticos (disquete, disco rígido, disco óptico).	
Natureza do assunto	Ostensivo - documentos cuja divulgação não prejudica a administração;
	Sigilosos - documentos de conhecimento, custódia e divulgação restrita.

Fonte: Paes (2004)

Tabela elaborada pelo autor.

Na prática arquivística utilizada na Univille, optou-se por mesclar os métodos, adequando-os ao órgão produtor, as características e tipos documentais, possibilitando assim a busca da informação atrelada a múltiplos aspectos. Optou-se

por essa metodologia porque não havia, até 2009, nenhum tipo de critério para busca de documentos, nem sequer um inventário que dissesse o que estava no arquivo.

A partir do diagnóstico e inventário, percebeu-se a necessidade de atrelar a busca do documento a vários critérios. Em alguns setores, era o assunto, a ordem alfabética, atrelada à localização e à cronologia. Dessa forma, o sistema de busca foi criado considerando palavras chave.

Em relação ao seu trabalho, o arquivista tem a prerrogativa de adaptar os métodos às necessidades do contexto, e o reconhecimento da profissão só se concretizará quando “conseguirmos demonstrar que o nosso trabalho remove montanhas de documentos (literalmente)” (LOPES 2009, p.38).

Nesse contexto, a importância da classificação vai além da eficácia administrativa e visa determinar quais os documentos serão preservados e quais documentos serão eliminados de acordo com o seu conteúdo, criando com isso políticas e instrumentos de gestão documental.

### 1.2.2. Políticas e instrumentos de Gestão Documental

A classificação é o primeiro processo para a organização documental, e os demais aspectos dependem desse processo. Entretanto é válido acrescentar que a verificação da prescrição dos documentos de valores primários secundários exige uma série de informações para a construção do quadro de classificação.

Para que não haja interpretações equivocadas, como assunto e tipo físico, recomenda-se que cada instituição elabore um plano de classificação de acordo com as suas peculiaridades cujos assuntos devem ser agrupados sob títulos principais e estes subdivididos em títulos específicos, partindo-se sempre dos conceitos gerais para os particulares que são determinados no plano de classificação.

O Plano de Classificação torna visível a denominação dos documentos de forma padronizada, o que facilita o arquivamento, bem como a busca da informação. É utilizado para classificar os documentos de arquivo, agrupando-os de acordo com a competência do órgão produtor, a função, a subfunção se houver, a atividade e a série documental. Neste prisma, ela é também um instrumento que estabelece o prazo de guarda dos documentos de uma organização em fase de arquivamento, considerando

o valor da informação e a responsabilidade pelo armazenamento que dá embasamento para a construção da tabela de temporalidade, permitindo controlar e rastrear os documentos, evitando desnecessária retenção de documentos nas estantes do acervo ativo, intermediário e permanente, racionalizando espaço e custos de manutenção do processo documental e aumentando a segurança na tomada de decisões.

Sobre a tabela de temporalidade, denota-se grande importância a ela, já que está relacionada ao ciclo de vida dos documentos, de acordo com as características das fases de arquivamento da documentação; além disso, ela tem como finalidade a definição dos prazos de retenção para os documentos e a otimização do espaço de armazenamento. Segundo Faria (2006 p. 35), a tabela de temporalidade é o instrumento de gestão arquivística, pois é ela que determina:

- os prazos em que os documentos devem ser mantidos no arquivo corrente;
- quando devem ser transferidos ao arquivo intermediário;
- por quanto tempo devem ali permanecer;
- os critérios para a migração de suporte (microfilmagem e digitalização) e para a eliminação ou recolhimento ao arquivo permanente.

A gestão documental, deste modo, envolve inúmeros fatores e, para garantir a recuperação da informação, é vital que a produção, organização, preservação dos documentos e os prazos legais de guarda sejam respeitados e executados.

### **1.3. Entre Classificar e Admirar o Arquivo**

A importância do fazer arquivístico em uma perspectiva interdisciplinar e filosófica vai além de um método estabelecido, pautado em admirar o arquivo como um local de investigação, cuja experiência do arquivista junto à pesquisa e à reflexão faz surgir a epistemologia do sensível, que o faz passar de uma posição de figurante para a de protagonista.

A classificação é a primeira função do arquivista e é ela quem dará organização para o arquivo. Mas isso não quer dizer que basta separar os



documentos por semelhanças ou diferenças. Não há uma classificação que dê conta dos processos. Portanto, nesse contexto, não se trata de um processo simples: prevê-se pesquisa, teoria, prática e conhecimento prévio do contexto atrelado a um olhar sensível que traz a possibilidade de perceber nas entrelinhas para quais pesquisas e pesquisadores esse documento pode servir. Nesse contexto, ser um arquivista hermeneuta, intérprete da informação, reflexivo e crítico de sua própria prática, tendo consciência que ele mesmo é o pesquisador, fornece pilares de sustentação a outros pesquisadores.

No processo de classificação dos documentos, há um olhar que se vê admirado ao encontrar vestígios de memória. Esse sentimento só é entendido, conforme ressalta Derrida (2001, p.118), aquele que tem o mal de arquivo, aquele que arder de paixão pelo arquivo.

A perturbação do arquivo deriva de um mal de arquivo. (...) de uma perturbação ou disso que o nome 'mal' poderia nomear. É arder de paixão. É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente procurar o arquivo onde ele se esconde. É correr atrás dele ali onde, mesmo se há bastante, alguma coisa nele se anarquiza. É dirigir-se a ele com um desejo compulsivo, repetitivo e nostálgico, um desejo irreprimível de retorno à origem, uma dor da pátria, uma saudade de casa, uma nostalgia do retorno ao lugar mais arcaico do começo absoluto.

A palavra admiração vem do latim *admiratio*, que significa espanto, surpresa. Descartes (1979) relatou que a admiração acontece quando algo novo, em um primeiro momento, surpreende-nos, supostamente, porque parece ser diferente daquilo que conhecíamos ou pensávamos conhecer, e isso causa admiração e espanto. Segundo Chauí (2000), Platão vê o filósofo como um ser marcado pelo sentimento de admiração e, para Aristóteles, seguidor daquele, a admiração vem como princípio da filosofia. Pensando sob esse ponto de vista, percebe-se que o arquivo para o arquivista pesquisador, o hermeneuta, é um local onde a admiração leva à busca da informação. Ou seja, é um querer saber que não se contenta com a própria ignorância e quando há o encontro com o saber, acontece também a admiração e o espanto, que frutificam.

Assim sendo, o trabalho com arquivo é um constante descobrir; em meio às investigações e pesquisas, informações saltam à vista. É interessante observar que

os registros são pertinentes a cada época, por exemplo, os registros acadêmicos do ACU, nas décadas de 60 e 70, solicitavam entre os pré-requisitos para a matrícula os atestados de vacinação antivariólica e prova de idoneidade moral; já nas fotografias referentes ao início da instituição, em 1965, a presença de cinzeiros é percebida em quase todos os setores, seja nas salas de aula, nos departamentos e até mesmo na biblioteca.

Esclarece-se, porém, que esse olhar admirativo deve ser “vigiado” para que não sobressaia aos olhos a predileção. Para classificar, dentro de um sentido lógico, “as coisas” precisam de características comuns para ser agrupadas ou separadas, no entanto o conhecimento sensível do arquivista, atrelado ao pesquisador que busca nas coisas sem relação, relação para essas coisas, o seu conhecimento tácito viabiliza fontes de pesquisa, fazendo o cruzamento entre as informações, e isso só é possível para o pesquisador quando este percebe possibilidades que a olho nu não são visíveis.

Outro tipo de classificação chama a atenção por seu sentido classicista. O motivo é que muitos arquivos estão atrelados a esse conceito que materializa o poder e pode interferir na forma como os documentos são classificados, uma vez que a predileção por certos fatos e acontecimentos pode causar uma opacidade no ato de classificar, e isso não é algo ingênuo.

Uma vez a classificação feita pela predileção, como o olhar do arquivista pode não assumir o compromisso com todas as classes sociais, agrupamentos de indivíduos constituídos de certa característica social, definidos por seu cargo, ofício, posses, entre outras idiosincrasias, pode ser dar preferência a grupos que dominam a economia, a política ou a cultura, em detrimento de outros. Diferentemente desse modo de classificar, o arquivista precisa assumir o compromisso com todas as classes, pois o que interessa é disponibilizar a informação para quem dela precisar.

Essa preocupação advém da necessidade de manter o arquivo o mais próximo de como ele foi constituído, levando em conta: o que foi dito, quando, por quem e onde, para aferir a esse arquivo uma possibilidade de verossimilhança. O que se constata acompanhando a história, e nesse caso a referência está nos arquivos da repressão, quando a análise do discurso enunciativo nem sempre é feita por alguém que se mantém longe de seus interesses.

A função enunciativa permeia os registros documentais, que pode ser modificado ou não, dependendo do discurso daquele que o propaga. “Assim, o enunciado circula, serve, se esquivava, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade” (FOUCAULT, 2008, p. 119).

Para admirar o arquivo em sua classificação, entende-se que também não pode haver predileção por determinado “assunto”. Torna-se evidentemente necessário o afastamento do campo discursivo, e isso porque a alteridade leva a admirar o arquivo considerando suas peculiaridades dentro de uma perspectiva arqueológica que trata de interrogar o que foi dito, quando, por quem e onde foi dito. O registro está próximo de nós, mas fora do nosso tempo e, além de tudo,

seu limiar de existência é instaurado pelo corte que nos separa do que não podemos mais dizer e do que fica fora de nossa prática discursiva; começa com o exterior da nossa própria linguagem; seu lugar é o afastamento de nossas próprias práticas discursivas (FOUCAULT, 2008, p.148).

A análise do campo discursivo é determinada em suas correlações com outros enunciados em um “jogo de relações com outros elementos semelhantes a ele” (FOUCAULT, 2008, p. 90). Portanto trata-se de fragmentos analisados sob uma perspectiva de singularidade, que gera surpresa e admiração e depende de quem faz a sua leitura e interpretação.

Nota-se que os arquivos são fomentados pelas atitudes, práticas e pensamentos humanos e como tal precisam de múltiplos olhares e saberes, além da arquivística. Lopes (2009) relata que os arquivos precisam ser estudados com a ajuda de disciplinas que não mantenham um discurso fechado, e elege a filosofia como principal disciplina a ser utilizada.

### 1.3.1. Arquivo: um espaço de investigação

O arquivo é um espaço de investigação composto por fragmentos, patrimônios materiais e simbólicos, vetores da memória, em que as fontes possibilitam pesquisas e comprovações. O ACU passou a ser um espaço de investigação no momento em

que foi necessário investigar e tentar compreender a rede de diálogos que permeavam esse espaço e que possibilitavam a construção da Memória Institucional, bem como, uma série de comprovações necessárias para Migração ao Sistema Federal de Ensino.

A identidade da Univille é uma construção histórica social, um patrimônio constituído de “gente”, construído por alunos, professores, funcionários e pensadores que um dia idealizaram essa instituição e comemoraram seu cinquentenário dessa instituição de ensino. Cada fragmento desse acervo representa uma história, um desejo, um movimento, e são essas atividades que produziram os documentos que estão no arquivo, cheios de intenções e vontades, que no princípio almejava se constituírem e hoje almejam permanecer.

É um lugar de memória, participativo na construção da identidade institucional, repleto de fragmentos e fissuras que, para a produção da memória e outras inúmeras comprovações que eram necessárias, não bastava somente a organização dos documentos e deixá-los à disposição do pesquisador. A partir do momento que se desprende do papel de auxiliar e se passa a exercer o papel de pesquisador e investigador, questionam-se os procedimentos e conceitos científicos, pois esses parecem insuficientes para a grandeza do lugar. Deste modo, é necessário se esmerar, ser um construtor histórico social, de reflexão crítica que aponta para a necessidade de entendimento das condições sociais de produção do arquivo.

O ACU se tornou um espaço de investigação no momento em que se embrenhou no jogo da memória e do esquecimento, percebendo que para trilhar um caminho consciente e, ao mesmo tempo, crítico do fazer arquivístico, em que não basta utilizar uma metodologia de organização e disponibilizar o acervo, é preciso ir além. Pensar o fazer arquivístico demanda reflexões que se moldam conforme o pensar filosófico, ou seja, não se deve aceitar um documento como prova cabal de algo: é preciso ter em mente que esse documento faz parte de uma série de fragmentos, que precisam ser investigados, interpelados, refletidos. Somente após esse processo, pode-se concedê-lo ao pesquisador. É, pois, uma questão que flui de um pesquisador para o outro. “A decisão de não aceitar como óbvias e evidentes as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os valores, os comportamentos de nossa existência cotidiana; jamais aceitá-los sem antes havê-los investigado e compreendido” (CHAUÍ, 2000, p. 09).

Ainda Chauí (2000) salienta duas características da filosofia que são peculiares ao fazer arquivístico:

1ª) Característica negativa: é chamada de atitude crítica, que não aceita as crenças e preconceitos do senso-comum, e se despe dos falsos conhecimentos, aos quais se pensa possuir, ou seja, utiliza a primeira verdade filosófica – “Sei que nada sei”.

2ª) Característica positiva: é denominada de pensamento crítico, uma vez que interroga “**o que são** as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os comportamentos, os valores, nós mesmos. Nesta, busca-se saber sobre o porquê de tudo e de nós; é uma interrogação sobre como tudo isso é assim e não de outra maneira, com pretensões de considerar o que é? Por que é? Como é?

O pensar filosófico traz para o universo arquivístico possibilidades de implementação de atitudes e pensamentos críticos, e também o estado da arte, enunciados por Platão e Aristóteles, quando afirmam que a filosofia começa com admiração e espanto. Com essa descrição, percebe-se que o arquivista hermeneuta e sensível é aquele que vai além da burocracia, do senso-comum e de práticas pré-definidas.

(...). Para o discípulo de Sócrates, o filósofo grego Platão, a Filosofia começa com a admiração; já o discípulo de Platão, o filósofo Aristóteles, acreditava que a Filosofia começa com o espanto. Admiração e espanto significam: tomamos distância do nosso mundo costumeiro, através de nosso pensamento, olhando-o como se nunca o tivéssemos visto antes, como se não tivéssemos tido família, amigos, professores, livros e outros meios de comunicação que nos tivessem dito o que o mundo é; como se estivéssemos acabando de nascer para o mundo e para nós mesmos e precisássemos perguntar o que é, por que é e como é o mundo, e precisássemos perguntar também o que somos, por que somos e como somos (CHAUÍ, 2000, p.9/10).

Dito sobre o pensar filosófico, cabe na prática do arquivista, descrever como a “admiração e espanto” relacionam-se a este fazer que é, traduzido por FARGE (2009, p. 36), como um excesso de sentido, que expressa “a beleza, o assombro e um certo abalo emocional”. O novo causa espanto e, no caso do arquivo, é o novo velho, ao mesmo tempo, ou o arquivo morto que precisa ser escavado para reviver e deixar os fantasmas falarem, libertá-los da caixa e deixá-los à luz da informação.

Ao investigar o ACU, deparamos com documentos como, os livros de matrícula cronológica, escritos à mão, onde os registros acadêmicos de cada turma foram descritos com letras desenhadas. Ou as fotografias do início da Instituição que mostram nas salas de aula a presença de cinzeiros e também muitos crucifixos. Ou os dois mapas do norte catarinense, de 1964 e de 1965, e que têm em sua estatística o número de carroças e bicicletas da cidade de Joinville. E ainda a matriz curricular do curso de Educação Física, na qual constam disciplinas femininas e disciplinas masculinas.

Essas observações são algumas das possibilidades que se encontram nesse arquivo, base para pesquisas, dependendo do olhar e da intenção do pesquisador. Esses registros, fragmentos de outros tempos, mostram como o espaço arquivístico é amplo dependendo apenas do olhar, “do outro”, e o arquivista precisa perceber nesse processo essas possibilidades. Não basta organizar e dispor, trata-se de refletir criticamente e estar atento às várias possibilidades de uso.

Pensar nos documentos que trouxeram à Memória Institucional e serviram às necessidades de comprovação é repensar conceitos, métodos e práticas. É perceber no “arquivo morto”, o quão vivo ele pode estar dependendo das escavações de “seu túmulo”. Nesse sentido, o arquivista pode ser “arqueólogo ou coveiro”. Isso indica que o arquivo, mesmo morto, depende das mãos que o conduzem para permanecer vivo. Fato este que se torna possível quando o arquivo morto é visto como um patrimônio e, como tal, precisa de ser tateado delicadamente, olhado com estranheza, de quem não conhece e clama por conhecê-lo, de que seja ouvida sua voz no confronto de vários registros e a partir daí indagá-lo, investiga-lo, estranha-lo, desnudando-o. Buscam-se nele, fragmentos e fissuras que compõem o arquivo como um todo e, para isso, não basta apenas interpretá-lo, há que pesquisar, usando a reflexão crítica como um aliado necessário para essa construção.

René Descartes (1979), em “As Paixões da Alma”, entende que o corpo não pode dissociar-se da alma e que admirar alguma coisa não se relaciona com o coração nem com o sangue, mas com o cérebro onde ficam os sentidos a que servem esse conhecimento. Ou seja, ele não vê somente como funciona o interior do corpo, mas de como este é sensível e reage aos estímulos do mundo.

Esses homens serão compostos, como nós, de uma alma e de um corpo. É necessário que eu vos descreva, primeiramente, o corpo à parte, depois a alma também separadamente, e, enfim, que eu vos mostre como essas duas naturezas devem estar juntas e unidas, para compor os homens que se assemelham a nós (DESCARTES, 1979, p. 119/120).

O arquivista, ao classificar o documento, depara-se com novidades e com grandezas de informação, como registros do passado até então desconhecidos, que levam ao olhar de admiração, demonstrando que no universo arquivístico nada é preciso, nem óbvio, por isso o confronto das informações é necessário. Não há registros mais ou menos verdadeiro, são fragmentos; como tais, precisam do confronto e da investigação. O registro é processado através do olhar do arquivista e é ele que atribui significado a esse “objeto”. “Ficando bem entendido que são do vidente: o sentido dos olhos e sua atenção, a qual faz os olhos contemplarem” (AGOSTINHO, 1994, XI, 2,3).

Esse sentimento procedente da leitura dos registros e de fragmentos deixados por “outros” de outro tempo, descreve o que é o fazer arquivístico: um misto de sensibilidade, admiração e espanto, todavia consciente. Alerta-se que, para se chegar a ele, é necessário despir-se do que se sabe, desnudar os enunciados, para então investigar o desconhecido.

A filosofia é a reflexão crítica, que investiga as origens, avalia os conceitos e métodos, compreende e reflete sobre a origem, a natureza e as formas de poder. No arquivo, a filosofia serve como instrumento para tentar reconhecer a ação humana, nos registros fragmentados, levando em conta as transformações decorrentes do tempo. Assim, por mais que as forças dominantes tentem dar um caráter universal a essas ações, é preciso lembrar que estas são resultados parciais e transitórios de uma produção histórica social que necessita ser pesquisada, refletida e criticada constantemente. Nesse jogo da memória e do esquecimento, o arquivo traz os fragmentos e as lacunas, que tanto podem falar quanto calar. O arquivista, nesse processo, busca dispor os documentos de forma que sirva à intenção de qualquer pesquisador.

### 1.3.2. Por uma epistemologia do sensível

A atitude puramente intelectualista contenta-se com discriminar. Em seu sentido mais simples, ela separa o que é suposto ser o bem ou o mal, o verdadeiro do falso e, por isso mesmo, esquece que a existência é uma constante participação mística, uma correspondência sem fim, na qual o interior e o exterior, o visível e o invisível, o material e o imaterial entram numa sinfonia – seja ela dodecafônica – das mais harmoniosas (MAFFESOLI, 1998, p.29).

Trazendo esse pensamento para o jogo acadêmico, encontramos em Maffesoli aquilo que se pode denominar de o desencaminho da teoria do conhecimento, proveniente de atitudes puramente intelectualistas que discriminam e esconjuntam a sensibilidade em favor da razão e que esquecem que a construção social é heterogênea e, como tal, deve sensibilizar todas as capacidades intelectuais. Nesse aspecto, como arquivista hermeneuta e sensível, há uma reflexão que impulsiona a análise das informações e o próprio fazer arquivístico. De acordo com Maffesoli (1998), ela procede da união da sombra com a luz, do corpo com o espírito, onde a epistemologia torna-se profícua, uma vez que o sentido não se desvincula do sujeito. Esse conhecimento almeja o todo e por isso se detém em detalhes, utilizando a experiência, a teoria e a prática como facilitador do processo. Mas o resultado poderá ser outro, caso o arquivista, em momentos oportunos e necessários, não tenha um olhar cuja sensibilidade seja sua companheira de viagem.

Para Hegel (1999), a sensibilidade vem da arte e ela, a sensibilidade, tem a capacidade de abrandar a brutalidade como um recurso para despertar o pensamento racional, e a expressão de sua finalidade dar-se-á mediante o despertar e avivar das impressões já adormecidas; ante esse despertar, essas impressões podem preencher o coração do homem, permitindo que este ser possa sentir tudo o que o ânimo humano possa ter, experimentar em sua profundidade e em suas múltiplas possibilidades e aspectos. Hegel (1999, p. 67) ainda menciona que ela está no ser para

o prazer dos sentimentos [Gefühle] e da intuição o que o espírito possui de essencial e de superior em seu pensamento e na ideia, a saber, a magnificência do nobre, do eterno e do verdadeiro; igualmente, tornar apreensível o infortúnio e a miséria, o mal e crime, ensinar a conhecer intimamente tudo o que é horripilante assim como o que é prazeroso.



Essa apreensão das coisas também aponta, antes de ser apenas para uma separação entre joio e trigo, para o descobrimento do que se tem relevância ao arquivo e à instituição ao qual pertence. E não é esta uma das funções do arquivista? A resposta só pode ser completa se entendermos que a sensibilidade caminha ao lado da razão e que aquela, enquanto epistemologia, difere desta mas não a exclui.

A epistemologia da sensível surgiu no fazer arquivístico, em que a reflexão crítica caminha lado a lado com o arquivista, durante em todo o seu processo, que somados ao estado da arte, traz a sensibilidade, que faz admirar, estranhar e investigar, tentando avistar todas, ou quase todas as possibilidades que emanam do arquivo. A responsabilidade e a construção histórica social, que está presente nesse espaço, podem ser aliadas, tornando um meio a um fim, já que estão ali no sentido “de ampliar seu conhecimento sensível e conseqüentemente sua forma diferenciada de compreender e sentir-se protagonista do contexto sociocultural” (PILLOTTO, 2006, p. 12). Todavia essa união e o modo de se ver através do sensível não aparecem milagrosamente do dia para a noite. Kant (1987) salienta que a epistemologia do sensível é um conhecimento adquirido por intermédio da experiência, que tem no tempo o aliado para o entendimento do objeto.

Percebe-se na produção dos documentos que constituem o arquivo uma dinâmica social e subjetiva, explicada por Guattari e Rolnik (1996) como sendo um processo coletivo na produção de modos de agir, de pensar e sentir, que somados se tornam a matéria-prima para a organização da sociedade.

No mundo empresarial, a epistemologia do sensível é parecido com o conhecimento tácito, que sumariamente quer dizer “saber como”, que de acordo com Santos, Schmdit, Fernandes, Pinheiro, Nakagawa (2008), são habilidades adquiridas nas percepções, resultante da experiência individual atrelada ao conhecimento teórico. É um conhecimento reconhecido e valorizado como capital intelectual que, quando transmitido, torna-se um conhecimento explícito. O conhecimento explícito tem em sua base a experiência, que, no caso do arquivo, é a união entre a teoria e a prática. Estas, ao serem repassadas, possibilitam a busca da informação com várias possibilidades, com um tempo de resposta menor, cujo entendimento sobre os processos é facilitado assim como o auxilia na criação de novas rotinas. A sensibilidade explora o todo, mesmo que esse todo se trate de fragmentos lacunares presentes no arquivo; mas é justamente no não dito que reside o questionamento, a busca, a tentativa de aproximação.

O que se deseja é partilhar um conhecimento em que parte vem da experiência e outra parte trata do “(...) alargamento do pensamento até às medidas do mundo em sua integralidade” (MAFFESOLI, 1998, p.121). Isso quer dizer que o mundo contempla mais subjetividades do que razão, e essas subjetividades precisam ser percebidas, aceitas e analisadas num todo, onde aquilo que se pensa ser verdade está permeada por sombras, que ofuscam a visão. Como se pode dizer verdadeiro de algo que não é seu? Os documentos de arquivo mostram fragmentos do que se imagina ter acontecido, logo não se pode esquecer que a construção histórica social está por traz daquelas informações. Isto é, não existe apenas uma possibilidade, assim como não existe um método pronto que dê conta de tanta subjetividade.

Diante desses apontamentos, o patrimônio arquivístico, repleto de significados, capaz de produzir memória, cultura, sentimentos de pertença, é referencial de identidade individual e de grupos sociais. Como tal, precisa ser investigado sob o maior número de possibilidades.

Pautados nesses princípios, percebemos a eminência de rever conceitos, teorias e métodos, que precisam ir além de uma classificação básica, que visa a apenas o processo de organização e não o seu entorno. No caso específico desta pesquisa dissertativa, poderia ter sido utilizado qualquer teoria. Mas o fato que mobilizou a prática arquivística iniciou com a reflexão crítica e um olhar investigativo, pelo qual o arquivista, munido de sensibilidade, buscou nesses fragmentos sentidos para múltiplos olhares. Compreendendo como necessário levar em conta as forças sociais, econômicas e culturais que fazem parte da história dessa instituição e que foram determinantes para sua singularização.

O arquivista é aquele que articula a classificação e deve levar em conta todos os elementos presentes no campo social, que são determinantes na construção histórica. Porém a interpretação não reside no documento: reside em sua própria função, que o leva a uma sensibilidade e à importância dessa construção, evidenciando-a pela alteridade do arquivista. Assim sendo, o admirar sensível do arquivista sobre essas possibilidades é transpassado por correntes de renovação, que se sabe não se conservarão sempre as mesmas. É um constante refletir, pelo qual os fragmentos são preservados pelo pesquisador para o pesquisador que almeja atender várias necessidades.

Muitas informações, que estão no arquivo estão deslocadas, não que o processo esteja errado, mas informações que podem se complementar estão em

setores diversos, com finalidades diferentes. É notório saber que um documento que é histórico pode servir também à administração e a comprovações jurídicas, dependendo da articulação entre eles e do conhecimento prévio do arquivista acerca dessa documentação. Por exemplo, documentos da reitoria podem auxiliar na compreensão dos documentos acadêmicos, bem como fotografias podem auxiliar em comprovações. Nesse contexto e relação documental entre setores, depende do olhar dos atores sociais que estão envolvidos nesses processos. Portanto é nesse momento, por intermédio da epistemologia do sensível, que é possível corresponder às necessidades do pesquisador com um maior número de fragmentos e possibilidades.

Autores que tratam do fazer arquivístico são unânimes em afirmar que é preciso conhecer o contexto de produção do arquivo para entendê-lo, o que demonstra o quão importante é o conhecimento prévio e a sensibilidade do arquivista aliada à prática e que infere na preocupação com detalhes, na necessidade de busca contínua por aprendizado.

A epistemologia do sensível é um conhecimento individual, que traz habilidades pela experiência, diferencial que se acompanhado de formação científica, traz eficácia e agilidade ao processo, bem como, colaboram para criação de metodologias e ferramentas facilitadoras. A sensibilidade, assim entendida, tal qual a razão, é fundante no processo de conhecimento, já que oportuniza ao sujeito uma vontade de aprender, de aprimorar, de conhecer; desejos que surgem na busca por aperfeiçoar esse conhecimento. Ao adentrar ao sensível, o olhar fica mais apurado, criterioso, não se permite tratar os assuntos de forma fragmentada. Há um espanto e uma admiração que transbordam em curiosidade e levam à busca por entender, isto é ao pesquisar sempre mais. Há uma vontade por parte do arquivista em surpreender que o leva a um “cuidar de si”, ou seja, quando consigo repassar um conhecimento, e esse causa espanto e admiração, isso permite ao profissional uma satisfação que reflete para si. “De fato é o caráter sensível que deve aparecer primeiro, pois a partir do aspecto sensível é mais fácil caminhar para a razão e não o contrário” (SCHILLER, 2002, p. 114).

O olhar de admiração e espanto, assim como a sensibilidade, nascem nesse contexto, no qual os fragmentos precisam ser lidos, refletidos para serem compreendidos, não bastando separar os documentos por tipos documentais e dispor. A reflexão crítica nesse processo é fundamental, assim como adequar os métodos à

necessidade do contexto. Eis um espaço em que o arquivista sensível precisa enxergar nos fragmentos o valor a eles atribuído; e esse valor não pode ser menosprezado, nem colocado à predileção por apenas um olhar ou uma teoria, por esta ou aquela classe social, visto que a pesquisa arquivística prevê múltiplas possibilidades e olhares.

Chauí (2000) afirma que a consciência é a capacidade de conhecer sobre si e sobre o mundo e esse conhecimento se dá por um sujeito reflexivo, cuja consciência é formada por uma atividade sensível e intelectual, o que faz com que esse sujeito seja capaz de analisar, sintetizar, representar, imaginar, memoriar, falar e pensar, fatores essenciais que lhe atribuem a capacidade de entendimento.

A intuição sensível se faz tanto mais necessária quanto, justamente, a sensível retoma importância e chega a tornar-se primordial na vida social. Por conseguinte, não é mais preciso procurar uma causalidade, única, proveniente do exterior mas, pelo contrário, saber dar conta de um pluricausalismo que brota do próprio interior das formas sociais. Trata-se aqui de algo que certamente não é fácil, mas que parece estar mais em congruência com a efervescência, a diversidade, a riqueza dos fenômenos contemporâneos. (MAFFESOLI, 1998, p. 140)

Em suma, o arquivista hermeneuta sensível é necessário não somente para inventariar os cinquenta anos de existência de uma instituição, mas também devido à exigência da organização e classificação dos documentos. E dessa necessidade surgiu um olhar contemplativo, vindo da experiência e observação, que não se acomodou e nem se acomoda em organizar e classificar os documentos, embora sendo isto de extrema importância. Precisou-se ir além, isto é, enxergar que nessa documentação havia vestígios de memória e de construção histórica social, incompatível com um método ou teoria pré-estabelecida e, nesse contexto, sem efetivos pilares de sustentação e confronto entre as fontes. É que o capital intelectual do arquivista hermeneuta sensível não aceita um trabalho fragmentado, até porque percebe que os tipos documentais são retratos momentâneos de uma realidade dinâmica, que circulam em torno de um jogo, que tanto pode falar quanto calar: o jogo da memória e do esquecimento.

## 2. OS ARQUIVOS E O ARQUIVISTA

Historicamente ocorreram transformações nos arquivos, contudo para o exercício da função de arquivista as mudanças são lentas, ou seja, não acompanhou a complexidade do tempo, métodos e teorias, e, por assim dizer, enrijecem o fazer cotidiano. Para além do arquivista mimético, parafraseando Lopes (2009), que reproduz métodos e práticas pré-estabelecidas, há a possibilidade de construção de um arquivista hermeneuta, cuja proposta é extravasar os limites técnicos para atingir uma espécie de poética e de sensibilidade nos fazeres e saberes relacionados aos arquivos.

O poder que emana do arquivista está enquadrado no ato de classificar, portanto pressupõe-se que o arquivista, hermeneuta, seja um sujeito reflexivo, crítico, pesquisador, e que o ato de classificar não o enquadre em um poder de dominação. O processo de classificar prevê o outro em sua busca, por isso o afastamento se faz necessário. No caso do arquivista hermeneuta, o arquivo é pensado para outros pesquisadores e usuários, eis aí o princípio de alteridade que precisa existir. Segundo Pollak (1989, p. 9) “Todo trabalho de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente”, ou seja, o arquivista está no processo e por isso quanto maior os números de fragmentos disponíveis ao pesquisador maior será a sustentação para sua pesquisa.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modifica-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (...) o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. (...) O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo. (POLLAK, 1989, p. 09/10)

Pensar o arquivo é também compreender os fragmentos de discurso que estão presentes no cotidiano do fazer arquivístico, das relações de poder imbricadas no texto. Para essa compreensão, a alteridade é um dos caminhos, além da necessidade de utilizar mais de uma fonte de pesquisa. A esse respeito Farge (2009, p.37) afirma

que “quem tem o sabor do arquivo procura arrancar um sentido adicional dos fragmentos, de frases encontradas; a emoção é um instrumento a mais para polir a pedra – a do passado, a do silêncio”. O objetivo desse capítulo é apresentar o arquivista como um mediador da memória coletiva, que não se deixar levar pelo discurso pronto, pela predominância do poder. O foco sai do comando para ir para o processo, o confronto das fontes, o contexto por trás do documento.

## **2.1. Arquivo: Fragmentos de Discurso**

A importância dada aos documentos e aos arquivos depende da necessidade de recuperação da informação, seja para processos de negócios, prova ou como fonte de pesquisa. Para que a informação arquivística seja válida e cumpra sua função, precisa ser classificada, avaliada e descrita segundo critérios da arquivologia e de uma gestão sensível e hermeneuta; uma situação não desobriga a outra, elas coabitam e coexistem, trata-se de falar sobre algo ou alguém através de fragmentos.

Talvez o "arquivo não diga a verdade, mas ele diz da verdade, tal como o entendia Michel Foucault, isto é, dessa maneira única que ele tem de expor e falar do outro, premido entre relações de poder e ele mesmo, relações às quais ele se submete, mas que também concretiza em verbalizá-las (FARGE, 2009. p. 34/35).

O arquivo “diz da verdade” e “não a verdade”. O registro contido no arquivo pode ser interpretado, pode haver uma verossimilhança, mas não, uma verdade. Ao falar do outro, ao registrar o que o outro significa, estabelece-se uma relação de poder e intencionalidade; então, “dizer da verdade” depende de quem produz e interpreta o documento e, principalmente, da intencionalidade do pesquisador e, não há como negar, da intencionalidade presente também no documento. Assim sendo, no afã do seu labor, o arquivista hermeneuta sensível passa a analisar o registro, buscando compreender a informação e saber como essa pode ser útil a outros pesquisadores e até aos demais departamentos da instituição que recorrem ao arquivo.

Nesse contexto, o arquivista hermeneuta não se limita a reproduzir métodos pré-estabelecidos, desvinculados do contexto, já que se é possível trabalhar além da organização para administração, ampliando o espaço profissional do arquivista, que

potencializa sua função a um pesquisador, que atribuí sentido ao documento e busca perceber a que múltiplos olhares e necessidades esses registros podem servir. É buscar um sentido adicional, não pensando em si, ou em único propósito, mas no usuário que, como pesquisador, pode utilizar esses registros para uma infinidade de possibilidades.

Trabalhar de forma classificatória é adequado para organizar um arquivo. Todavia é possível trabalhar além da organização para administração, ampliando o espaço profissional do arquivista para aquele que pesquisa e analisa a informação, onde a classificação vai além de similitudes.

Nesse sentido, encontramos eco no prefácio de Foucault (1999, p. IX), no Prefácio do livro “As palavras e as Coisas”, quando é mencionado o impacto gerado pela história de “uma certa enciclopédia chinesa” de Borges, gerador de algumas reflexões, entre elas, a de se saber o que há de desconcertante nas proximidades dos extremos ou, muito simplesmente, na vizinhança súbita das coisas sem relação. Em relação ao arquivista clássico, de *epistémê* clássica, aquele que reproduz apenas métodos sem analisar o contexto das coisas, que elas não estão ali isoladas em si mesmas, nota-se que ele difere e muito do hermeneuta sensível, já que este procura dar sentido à vizinhança súbita das coisas, preocupando-se com a relação dessas coisas, escarafunchando-as de tal modo, que novas relações podem surgir desta ou daquela proximidade e os extremos se alargarem até que a informação esteja a contento de quem a busca. Este faz o papel do arquivista o conduz a ir além do classificar: há um chamado para investigar o documento sob o enfoque histórico social que existe em sua criação, para buscar a melhor forma de dar vida aos enunciados.

Nas reflexões preconizadas por Lopes (2009, p. 25), o profissional do arquivo munido de uma postura hermeneuta é traduzido da seguinte forma: “(...) o arquivista hermeneuta poderá ser um intérprete de sua realidade, capaz de compreender a essência de seu papel profissional e as características mais profundas dos seus objetos de estudo e de trabalho: a informação e os arquivos”.

Nesse sentido, averiguar uma informação exige outras possibilidades, bem como, outros documentos, outros textos e contextos, pois ali se encontram os ditos e não ditos. No caso dos não-ditos, esses só passam a fazer parte da memória coletiva quando confrontados e contestados. Aceitar apenas um fragmento para esclarecer uma situação do passado é compartilhar de uma imagem majoritária, como nos diria Pollak (1989). Lembrando que o arquivo “diz da verdade” e “não a verdade”, nesse

sentido o arquivista hermeneuta, surge na compreensão de que quanto mais fragmentos de uma informação maior será a sustentação para esta.

Para que emergja nos discursos políticos um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável para superar a simples “montagem” ideológica, por definição precária e frágil. (POLLAK, 1989, p. 9).

A primeira análise perpassa pelo crivo do arquivista, que tem em suas mãos o poder de decidir entre o que manter e o que descartar. Por isso a reflexão sobre a prática arquivística se faz necessária, assim como agir como um pesquisador que, além de hermeneuta, desvela um olhar sensível que busca em sua profissão possibilidades, que ao pesquisar o documento reconhece o “outro” em sua continuidade.

Por muito tempo, o arquivista foi visto como guardião do arquivo, e possivelmente ainda o é, entretanto, há de se desconstruir esse pensamento que se tornou insuficiente. Na atualidade, se atribuí ao arquivista um papel de pesquisador com objetivos sociais que vão além da mera classificação, até mesmo porque a pesquisa em arquivo não pode ser baseada em um a priori formal, ou seja, a uma descrição vazia e inerte que surge na superfície do tempo. E isso não é porque seu valor esteja acima da lei e da justiça, é somente para não poder refletir um discurso que satisfaça uma vontade ou necessidade.

É importante compreender que “o discurso não tem apenas um sentido ou uma “verdade”, mas uma história que não o reconduz às leis de um devir estranho” (FOUCAULT, 2008, p. 144). O discurso presente nos documentos guardados em um arquivo, ainda conforme Foucault (2008, p. 146), fazem parte das relações discursivas e isso “graças a todo um jogo de relações que caracteriza particularmente o nível discursivo”, que em lugar de serem figuras adventícias e como que inseridas, um pouco ao acaso, em processos mudos, nascem de acordo com as regularidades específicas. Ainda para ele, o que se denomina arquivo não é a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documentos de seu próprio passado, ou como testemunho de sua identidade mantida, é, antes, e ao contrário, aquilo que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas segundo as leis do pensamento, ou apenas segundo o jogo das circunstâncias, que não sejam simplesmente a sinalização, no nível das



performances verbais, do que se pôde desenrolar na ordem do espírito ou na ordem das coisas.

[...] se há coisas ditas - e somente estas -, não é preciso perguntar sua razão imediata às coisas que aí se encontram ditas ou aos homens que as disseram, mas ao sistema da discursividade, às possibilidades e às impossibilidades enunciativas que ele conduz. (FOUCAULT, 2008, p. 147)

Na dinâmica atual, o arquivista precisa ser equivalente a um profissional “total”, que utilize a arquivística integrada, proposta por Rousseau e Couture (1998), em que o arquivo começa a ser pensado desde sua produção até a destinação final, e insira em seu currículo uma gestão arquivística que trabalhe com todos os suportes, em conjunto com as demais ciências, porque muitas vezes, aquilo que pode não parecer importante para a administração, pode ser fundamental para preservação da memória institucional. Em um primeiro momento, o arquivista tem o poder de organizar o campo do enunciável e depois, a partir daí, iniciar o processo de significar esses enunciados, percebendo onde esses podem ser aplicados.

Há de se lembrar, no entanto, que o arquivo é um organismo vivo, repleto de fragmentos e enunciados, que movem sentidos, surgidos dentro de uma dinâmica cuja análise desses discursos, na atualidade, provém do adentrar no contexto histórico social que foi criado. Não se trata de organizar papéis velhos e deixá-los presos dentro de uma caixa: trata-se de aspectos dinâmicos, que foram produzidos em um determinado tempo, por uma determinada sociedade, que são orgânicos, movem-se e por isso os fragmentos precisam ser confrontados, para dar sustentação aos discursos.

## 2.2. O arquivo é morto

O arquivo se forma pelo valor que foi atribuído ao documento, no desenvolvimento de suas atividades. Nesse sentido, a expressão arquivo morto, habitualmente utilizada, trata-se de um termo não apropriado quando utilizado para dizer que tudo o que está no arquivo não serve para nada, pois nele basta um novo olhar e os documentos podem apontar novas possibilidades, isto é, há vida.

Diante da negatividade da expressão “arquivo morto”, é necessário percorrer as muitas pistas deixadas para tal expressão ganhar uma espécie de “verdade”. Uma delas está no fato de que, na maioria das vezes, os arquivos são grandes depósitos, sem tratamento e sem funcionários especializados. Essa expressão vem sendo muito utilizada no Brasil e, segundo Jardim (2011), “arquivo” e “morte” estão relacionados à falta de informação da qual o cidadão sempre foi refém.

Essa expressão de arquivo morto, também percorreu as décadas de 60, 70 e 80, cuja repressão silenciava os cidadãos que contrariavam o sistema político, esses, por “saberem demais”, eram investigados, presos, torturados, sequestrados e, em muitos casos, mortos.

No Brasil, a ideia de arquivo é associada, com muita frequência, a de arquivo morto. A expressão "virou arquivo" designa as pessoas que, por alguma razão, foram silenciadas por seus assassinos. "Arquivo" e "morte" são termos associados por grande parte da sociedade brasileira, especialmente aquela que mais sofre com a falta de informações relevantes para o exercício dos seus direitos. "Arquivos" têm sido "mortos" sistematicamente ao longo da história do Brasil, especialmente no e pelo Estado brasileiro (JARDIM, 2011, p.1).

Para o DBTA (2005), “arquivo morto” é um termo obsoleto, utilizado para designar arquivo fora de uso, no entanto essa nomenclatura é um termo condenado pela Arquivologia, que o considera um conceito equivocado e depreciativo, que não condiz com a realidade de muitos arquivos. O mundo do arquivo geralmente é representado como avesso do funcional e do prático, um sinônimo de burocracia, de tempo perdido, de preguiça ou até de desorganização, algo bastante distante da realidade teórica e prática deste campo de estudos e de pesquisa.

Por outro lado, não haveria arquivo sem o esquecimento, sem a morte, sem as necessidades de comprovações, sem os arcontes, sem a lei.

No âmbito da memória institucional, lembrar e esquecer constituem dois momentos de um único e mesmo movimento. Para que determinadas lembranças aflorem é necessário que outras fiquem adormecidas, contidas, silenciadas ou mesmo esquecidas. A memória é seletiva. A instituição, na medida em que retém o que interessa a sua reprodução, também trabalha por seleção (COSTA, 1997, p. 39).

O arquivista, metaforicamente, é o arqueólogo que escava as camadas, pesquisa e analisa ou o coveiro que enterra o morto e o deixa preso dentro de uma

cova. Isto se dá devido a sua função, por ser ele, também, quem confronta os fragmentos, sem analisar a história; já que o arquivista hermeneuta sensível, analisa a informação e tenta vislumbrar como essas informações podem servir e a quem servir.

Não haveria certamente desejo de arquivo sem finitude, sem possibilidade de um esquecimento que não se limita ao recalçamento. Sobretudo, e eis aí o mais grave, além ou aquém deste simples limite que chamam finitude, não haveria mal de arquivo sem a ameaça desta pulsão de morte, de agressão ou destruição. Ora, esta ameaça é infinita; ela varre a lógica da finitude e os simples limites factuais, a estética transcendental, ou seja, as condições espaços-temporais da conservação. (DERRIDA, 2001, p. 32)

Como o arquivo morto pode ser escavado ou enterrado, o papel do arquivista, algo como faz o arqueólogo. Visto assim, é válido dizer que se tem aí um arquivista arqueólogo que traz do mundo dos mortos, os fantasmas com suas informações do passado e esse empoderamento, do arquivista, está em seu desejo de desbravar e pesquisar, que sobressai à inércia de organizar e não somente dispor os documentos em um depósito.

É comum ouvir que o retrato do desconhecimento do que é um arquivo e do que ele pode proporcionar, está muito aquém da realidade do que se possa chamar de conceito ou teoria. Mas essa é uma explicação simplória, típica de alguém que não tem a menor ideia da complexidade que permeia o arquivo e o trabalho de um arquivista. A ideia de arquivo morto passa por várias possibilidades e uma delas deixa a percepção de quão importantes são os arquivos mortos para o acesso à informação. Por isso essa metáfora ou brincadeira, entre o arqueólogo e o coveiro, tenta reproduzir os tipos de profissionais que permeiam o arquivo de onde o primeiro, o arquivista arqueólogo, traz dos mortos as falas à vida; já o outro enterra o morto e o deixa preso em uma caixa. Lembrando também que a organização sem reflexão e pesquisa pode levar à “queima de arquivo” e/ou a sua eliminação.

Porém os mortos deixam indícios de sua falta, fragmentos que dão sustentação e possibilitam o ressuscitar, o trazer o arquivo à vida.

Há de se perceber dois lados do arquivo morto. O primeiro pode se dizer daquele que sem tratamento adequado rende-se ao tempo e ao descaso, e morre literalmente; por outro lado, aquele “arquivo morto” adequadamente tratado, por um arquivista/arqueólogo, possuidor do mal de arquivo, vive intensamente, por intermédio

dos “restos mortais”, fragmentos, de seus fantasmas. Nota-se então que se documentos foram preservados, isso veio pelo valor que essa documentação possui. Assim entendido, o arquivo é um organismo vivo, que nasce, multiplica-se e sofre transformações.

Essas transformações referem-se às três fases do arquivo: arquivo corrente, em que os documentos são utilizados constantemente; arquivo intermediário, quando já não são muito utilizados, mas ainda são necessários por questões comprobatórias e jurídicas; e, a última fase, quando os documentos vão para o arquivo permanente, caso sejam produtos da finalidade primeira da instituição, que condizem com sua missão e objetivos, ou por questões comprobatórias. É importante notar que quando esses documentos perdem sua função administrativa, jurídica e de pesquisa, são passíveis de eliminação, no entanto essa constatação deve ser feita por uma equipe multidisciplinar que cuida da avaliação e classificação documental.

As expressões que acompanham o fazer arquivístico, quase sempre, demonstram a falta de importância dada a esse local e, geralmente, ao “recinto” que é destinado ao arquivo, nem sempre se tratando de um lugar adequado à preservação dos acervos, situação que faz com que se reproduza fielmente o arquivo morto.

Outro problema é a insuficiência de profissionais preparados para estarem no arquivo, devido, também, ao pequeno número de cursos na área. No Brasil, existem apenas 16 cursos de graduação em arquivologia, conforme o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ. Segundo Souza (2010), os números de profissionais formados são insuficientes para atender a dimensão do país.

Nesse cenário, o arquivo e o arquivista são lembrados costumeiramente em preocupações momentâneas, atreladas às necessidades administrativas e de comprovação restritas ao arquivo ativo. Se não bastasse, percebe-se que o arquivo é utilizado como local para remanejamento de funcionários, deixando claro que, para a maioria dos administradores, trabalhar com arquivos não exige nenhum tipo de preparo. São os coveiros que literalmente trabalham nesses tipos de arquivos e, infelizmente, os designam como mortos.

Ainda em relação às denominações, as imensas massas documentais sem tratamento que não se sabe onde iniciam e onde terminam dão vez e voz aos arquivos mortos, afinal, estes são entendidos como depósitos que ocupam espaço para muitas instituições que não se interessam por essas informações.

O mais evidente e visível é a existência de grandes massas documentais acumuladas, o que o senso comum chama de “arquivos mortos”. Todavia, é raro encontrar arquivistas que se proponham a avaliá-las e classificá-las. Muitos se sentem inseguros, em alguns aspectos com razão, devido ao baixo apoio bibliográfico e às deficiências gerais da formação (LOPES, 2009, p. 38).

O que acontece, geralmente, são arquivos abarrotados de papéis sem tratamento, fazendo com que os arquivos deixem de cumprir a função para qual foram criados, ou seja, informar. Isso não é facultativo, está na Lei nº 12.527 de 2011, que é regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012, que ratifica esse direito a qualquer pessoa física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, salvo os casos em que os arquivos possuem restrições de confidencialidade.

Essa demonstração é mediada por “vozes” e “olhares” entre os pares da profissão que reforçam idiosincrasias e revelam um desconhecimento dos saberes e das práticas do arquivo e do arquivista, o que reproduz e reforça as expressões do senso-comum que, na maioria das vezes, são preconceituosas e movidas pelo desconhecimento e descaso.

O assunto em questão é construído dialogicamente pelos grupos sociais que corroboram com a mesma ideia a partir de experiências, vivências e observações, o que coloca o cidadão em um processo de inércia entendendo como regra aquilo que pode ser uma exceção.

Compreende-se que as impressões que se têm sobre o arquivo, sejam nos pares da profissão ou na sociedade, não passam de etapas de um processo maior, já que, na maior parte do tempo, assistimos a arquivos que são tratados como verdadeiros “depósitos”, que sem avaliação adequada proporcionam a verdadeira eliminação “selvagem”. E essa falta de visibilidade por parte da administração e da sociedade é compreendida também pelas insuficientes pesquisas e publicações sobre o tema, e insuficiente investimento tanto no arquivo quanto na qualificação profissional.

Por outro lado, a vida do arquivo também depende do arquivo morto, patrimônio que perpetua nas vozes dos fantasmas, que deixam registros, presos em caixas, prontos para serem libertados e escutados por seus arquivistas/arqueólogos. O arquivo morto, diz de um morto, do passado que passou, mas que dele retornam os fragmentos, que traz à tona os enunciados dos fantasmas, que trazem as vozes que não estão aqui para explicar. É desse modo que arquivo do passado, do morto, dos

fantasmas que se enunciam nos registros, sob o olhar e cuidado do arquivista hermeneuta sensível deixa sua inércia e assume a vida, passando a viver intensamente, seja para explicar ou mesmo silenciar. É nesse riquíssimo patrimônio que o pesquisador se embrenha, como um arqueólogo sobre camadas e mais camadas que são retiradas para subsistir aquilo que é essencial.

Enfim, as percepções que pairam sobre o universo arquivístico vão além de produzir e reproduzir estereótipos e preconceitos sociais, que vê e concebe o arquivo como “morto”, pois isso apenas desvela a potência de poder e de saber envolto no jogo do arquivo e na produção de preconceitos que servem a diversos outros interesses para além da arquivologia. A boa notícia é que esses pré-conceitos não reproduzem uma realidade, pois o arquivista e o arquivo não podem ou devem ser resumidos por este “arquivo morto”, no entanto, eles se servem desses “mortos”, para mostrar a força dos registros que ficam desses fantasmas e de como é importante, mantê-los vivos, preservados, para quem quiser libertá-los.

### **2.3. A lei e o arquivo: fontes do direito arquivístico no Brasil**

A origem do Arquivo Nacional no Brasil, segundo Tanus e Araújo (2013), está associada às guerras napoleônicas, que fez com que a corte portuguesa aportasse no Rio de Janeiro em 1808, trazendo consigo pertences que necessitavam de lugares adequados para sua guarda. Com isso, a instituição dos espaços nacionais, Arquivo, Biblioteca e Museu, foi precipitada.

No Brasil, a proposta de criação do Arquivo Público surgiu na Constituinte de 1823 e foi introduzida no art. 70 da Constituição de 1824, quando se fixava o destino dos originais das leis. Quatorze anos mais tarde, o Arquivo Público seria formalmente estabelecido, subordinado à Secretaria de Estado dos Negócios do Império e instalado nas exíguas dependências da própria secretaria. Mais dois anos seriam necessários (1840) antes que tivesse um diretor formalmente nomeado: *Ciro Cândido Martins de Brito* (ESTEVÃO; FONSECA, 2010, p. 82).

Segundo Jardim (2011), a instituição do *Arquivo Público do Império Brasileiro* foi criada em 1838, pelo regulamento n. 2, de 2 de janeiro<sup>13</sup>, sob a denominação de Arquivo Público do Império, embora já estivesse previsto na Constituição de 1824. Teve seu nome modificado para Arquivo Nacional com a publicação do Decreto 9.917, de 9 de fevereiro de 1911.

Durante o período inicial da República, os arquivos passaram a ser utilizados para a guarda de documentos oficiais. Todavia houve o crescimento dos acervos nos períodos posteriores e isso impulsionou a necessidade de profissionais capacitados, o que possibilitou a criação de cursos formativos nessa área.

O primeiro curso de formação para arquivistas surgiu, apenas, na segunda metade do século XX e veio mediante a ruptura da visão de arquivo público como apenas um depósito de documentos e também da “adoção de um novo modelo de gestão envolvendo todo o ciclo documental, desde a produção até a eliminação ou guarda permanente, só ocorrerá, em diversos países, após a década de 50 do século passado” (JARDIM, 2011, p.02).

O curso de Aperfeiçoamento de Arquivos, segundo Marques (2007) foi instituído em 1959, quando o *Arquivo Nacional*, em parceria com a Embaixada da França, criou dois cursos que eram ministrados pelo professor Francês Henri Boullier de Branche.

Embora Portugal instituiu o *Arquivo Público do Império* em 1838, foi apenas na década de 1970 que, segundo Fonseca (2005), se realizaram grandes feitos que ainda hoje definem as questões arquivísticas no Brasil, entre os quais estão:

- 1971 - criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros;
- 1972 - criação do curso de arquivologia em nível superior, pelo CFE;
- 1972 - I Congresso Brasileiro de Arquivologia;
- 1978 - regulamentação do profissional Arquivista, pelo Lei n.º 6.546, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo;
- 1978 - criação do Sistema Nacional de Arquivos.

---

<sup>13</sup> **Regulamento n. 2, de 2 de janeiro de 1838.** Disponível em: <http://www.portal.arquivonacional.gov.br/media/Regulamento%20AN.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.

Além desses parâmetros, na década de 1980, o arquivo é mencionado na Constituição Federal de 1988, Art. 216, que insere aos acervos arquivísticos a conotação de patrimônio cultural. Nota-se que a preocupação acerca do patrimônio cultural se dá desde o *Arquivo Público do Império* em 1838, com a criação IHGB, e após a Proclamação da República; o primeiro texto sobre patrimônio foi efetivado em 30 de novembro de 1937, pelo Decreto Lei nº 25, que detém atenção “especial” ao patrimônio arquitetônico.

No que se refere à formação do profissional arquivista, o número de cursos de arquivologia, segundo Souza (2010), é insuficiente, assim como os números de profissionais formados para atender a dimensão do país. Quanto à visibilidade dada a esse profissional e local do arquivo a autora afirma que é pouca ou nenhuma.

Hoje dezesseis universidades oferecem o curso de Arquivologia, segundo dados do CONARQ (2015), conforme tabela abaixo:

Tabela 2. Crescimento dos cursos de Arquivologia no Brasil

<b>Década de 1970</b>	<b>Década de 1990</b>	<b>Década de 2000</b>	<b>Década de 2010 até 2015</b>
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO	Universidade de Brasília – UNB	Universidade Estadual Paulista - UNESP/MARÍLIA	Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	Universidade Estadual de Londrina – UEL	Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	Universidade Federal Santa Catarina - UFSC
Universidade Federal Fluminense – UFF	Universidade Federal da Bahia – UFBA	Universidade Federal do Amazonas – UFAM	Universidade Federal do Pará - UFPA
	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	Universidade Federal do Rio Grande – FURG	
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	

Fonte: CONARQ  
Tabela elaborada pelo autor.

Outro fator da década de 1980, é que ela trouxe o avanço tecnológico e com ele as implicações para Arquivologia. A possibilidade de digitalizar os documentos



trouxe o pensamento de que uma vez o documento digitalizado, ele poderia ser eliminado, no entanto a única forma legal de preservar um documento<sup>14</sup> em formato digital é a microfilmagem, regulado pela Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, sendo atualizada pelo decreto 1.799 de 1996, que em seu “Art. 1º autoriza, em todo o território nacional, a microfilmagem de documentos particulares e oficiais arquivados, sendo estes, de órgãos federais, estaduais e municipais” .

A microfilmagem é uma forma de preservar a documentação, entretanto o problema está no antes da microfilmagem que, segundo Sousa (2002) não resolve o problema, apenas o transfere para uma nova mídia, logo o que há de se pensar são com os cuidados técnicos que inicia na produção dos documentos, até a sua destinação final, que culminará em sua guarda permanente ou eliminação.

As questões legais no Brasil, quanto o acesso à informação, ampliam-se no final da década de 1980, com a Constituição Federal de 1988, que menciona no 2º parágrafo do Artigo nº 216 a prerrogativa de que “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”<sup>15</sup>.

O Arquivo Nacional teve grande protagonismo nesse processo, a partir dos anos 80 e 90, influenciando arquivos estaduais e municipais. No entanto, de modo geral, nossos arquivos públicos permanecem periféricos no Estado e pouco visíveis à sociedade. Ainda se caracterizam mais como reserva de opacidade do que de transparência (JARDIM, 2011, p. 02).

Com a Constituição de 1988, iniciam os debates acerca das necessidades de instituir normalizações que direcionem a gestão e preservação de documentos. Atendendo a essas aclamações, é implantada a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados que, entre as regulamentações, prevê em seu artigo 26 a criação do CONARQ, regulamentado pelo Decreto nº. 1.173, de 29 de junho de 1994 e, posteriormente, pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002. Não é “exagero afirmar que essa lei marca e tem papel fundamental na formação, chamando a sociedade à reflexão e à discussão sobre o papel dos arquivos” (MARQUES, 2007, p. 138).

---

<sup>14</sup> Há de se lembrar que o termo documento, designa registro de informação, que segundo o DTA (2005), independe do suporte ou formato.

<sup>15</sup> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 25 jul. 2015.

O CONARQ, conforme definido em seu Art. 1º, do Decreto nº 4.073/02<sup>16</sup>, de 3 de janeiro de 2002, versa que é finalidade desse órgão a definição da política nacional para arquivos públicos e privados, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos. Como exemplo, o Art. 22 do referido decreto tem a seguinte redação:

Os arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional podem ser declarados de interesse público e social por decreto do Presidente da República.

Essa prerrogativa, em seu parágrafo 1º, diz que não há o confisco do acervo, no entanto, não o desobriga da responsabilidade de preservação.

A política nacional de arquivos e a legislação brasileira são balizadoras das ações relacionadas à gestão da informação arquivística formuladas por esse conselho. O CONARQ deve constituir-se na ligação entre o Estado e a Sociedade Civil, no que se refere à gestão e ao direito à informação. Diante disso, constam-se como competências do CONARQ, de acordo com seu regimento Interno, portaria nº 2.588, de 24 de novembro de 2011, capítulo II: estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivos; a promoção do inter-relacionamento de arquivos públicos e privados com vistas ao intercâmbio e à integração sistêmica das atividades arquivísticas e ainda o estímulo à implantação de sistemas de arquivos nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e nos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios. Ainda nesse capítulo II, há outras competências, bem como: a proposição ao Ministro de Estado da Justiça de normas legais necessárias ao aperfeiçoamento e à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados; o zelo pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais que norteiam o funcionamento e o acesso aos arquivos públicos; a criação de programas de gestão e de preservação de documentos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, produzidos ou recebidos em decorrência das funções executiva, legislativa e judiciária; subsídio e elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo

---

<sup>16</sup> BRASIL. **Decreto 4.073, de 3 de janeiro de 2002 - Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** 2002. Disponível em: ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm)). Acesso em: 12 dez. 2014.

metas e prioridades da política nacional de arquivos públicos e privados; a integração e modernização dos arquivos públicos e privados; identificação dos arquivos privados de interesse público e social, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.159, de 1991; intermediar a declaração de interesse público e social de arquivos privados; estimular a capacitação técnica dos recursos humanos que desenvolvam atividades de arquivo nas instituições integrantes do SINAR; recomendar providências para a apuração e a reparação de atos lesivos à política nacional de arquivos públicos e privados; promoção e elaboração do cadastro nacional de arquivos públicos e privados, bem como desenvolver atividades censitárias referentes a arquivos entre outras.

A importância do conhecimento prévio do arquivista em relação à estrutura organizacional pode ser exemplificada nos documentos da Univille de finalidade tributária. Eles, em sua maioria, são regidos pela Lei 5.172/66 - art. 173, que, a grosso modo, enuncia que o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, no entanto como a Univille é uma Instituição de Ensino de natureza Filantrópica<sup>17</sup>, também é regida pela lei 12.101/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, que em seu capítulo IV da seção I, em seu Art. 29 da seção VI, dá o seguinte direcionamento:

Conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial.

A apresentação da legislação acerca do arquivo é necessária para fazer entender que o arquivista tem respaldo legal em suas atividades. O exemplo atual refere-se à migração da Univille para o Sistema Federal de Ensino, incidindo na obrigatoriedade de utilização da Portaria 1224, de 18 de dezembro de 2013<sup>18</sup>, que institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES), incluindo até mesmo as Instituições Comunitárias. A Univille, diante dessa Portaria, estava obrigada a seguir o Código de Classificação de

---

<sup>17</sup> A Univille é uma instituição privada mantida pela Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ, entidade de direito privado, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar. Trata-se de uma instituição comunitária, que sem fins lucrativos reinveste o seu resultado nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

<sup>18</sup> O art. 16 da LDB trata do Sistema Federal de Ensino:

I - as instituições de ensino mantidas pela União;  
II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;  
III - os órgãos federais de educação.

Documentos de Arquivo e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo, ambos relativos às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior. Essa portaria é uma ferramenta que facilita o fazer arquivístico, no entanto, deveria ser um instrumento de consulta e não uma obrigatoriedade, haja vista que instituições têm peculiaridades, principalmente em nosso caso que é uma Instituição Privada. Após essa publicação, havendo questionamentos sobre essa obrigatoriedade, cinco dias após a publicação da Portaria 1224, de 18 de dezembro de 2013, foi publicada a Portaria 1261, de 23 de dezembro de 2013, que determinou a obrigatoriedade do uso do Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade relativos às Atividades-Fim apenas para as Instituições Federais de Ensino Superior.

Por outro lado, a Portaria 1224, de 18 de dezembro de 2013 é uma portaria que traz para o arquivo um novo olhar, que demanda, além do envolvimento e comprometimento de outras áreas, investimento, revisão do quadro funcional, normatização de políticas de Gestão Documental, o que agrega valores e traz uma certa visibilidade para essa área.

São muitas legislações que compõem o universo arquivístico, no entanto setores acabam por deliberar sobre a documentação de sua área sem o conhecimento técnico do arquivista, o que acaba em eliminação de documentos sem critérios, com consequências e prejuízos, administrativos, jurídicos e históricos. Para evitar essa problemática na Univille, os documentos para descarte são destinados ao programa Institucional Reciclar<sup>19</sup>, e esse setor só pode retirar o papel com a prévia autorização do setor Gestão Documental.

---

<sup>19</sup> O Programa Institucional Reciclar é um programa de extensão da UNIVILLE que busca a sensibilização ambiental da comunidade interna bem como das comunidades externas, quanto à importância da correta destinação dos resíduos sólidos gerados e a coleta seletiva. Os objetivos são desdobrados em ações específicas, envolvendo palestras, participação em eventos e campanhas, oficinas para confecção de papel reciclado / artesanatos com materiais recicláveis, dentre outras (Texto da autora).

### 3. UNIVILLE E SEUS 50 ANOS: INFORMAÇÕES À LUZ DE SEU ARQUIVO

Esse capítulo foi concebido com problemáticas e desafios que perpassam o fazer arquivístico na atualidade da Univille e duas questões serão tomadas como chaves para a reflexão:

1. Como ajudar a construir uma Memória Institucional de uma IES que completa 50 anos e que possui um setor de Gestão de Documentos que completou apenas 5 anos de existência?
2. Assumindo uma perspectiva de arquivista hermeneuta, é possível contribuir com a rememoração do passado ou produzir conhecimento histórico sobre a instituição com “Informações à Luz de seu Arquivo”? Além disso, de que forma o trabalho do arquivista, além de responder às necessidades do presente da instituição pode contribuir no debate e edificação de seus planos futuros?

Essas questões apontam para o trabalho de um arquivista que deve ser precedido de um conhecimento apurado<sup>20</sup> sobre a história e o contexto da instituição em que atuará.

O arquivo é um lugar vivo, envolto e atravessado por jogos de saber e poder num dado presente. Assim sendo, também no presente em que são estudados, os documentos de um arquivo de uma instituição podem reabrir tanto passados, se pensavam resolvidos, quanto futuros que se pensavam determinados. E nessa perspectiva, o objetivo do capítulo é o de analisar o papel do ACU em relação às pesquisas que foram realizadas em função dos 50 anos da Univille e aos efeitos das mudanças jurídico-acadêmicas de seu caráter comunitário<sup>21</sup> para o Sistema o Sistema Federal de Ensino. Mas para chegar até aí, torna-se necessário um olhar sobre memória institucional e como, através dela, se pode chegar ao pertencimento.

---

<sup>20</sup> Para organizar os documentos de arquivo de caráter permanente, é necessário, primeiramente, estudar a história, a estrutura e o funcionamento da entidade, e a partir disso elaborar uma classificação para os documentos (classificação que, na fase permanente, como já foi mencionado, costuma ser denominada “arranjo”). (GONÇALVES, 1998, p.35)

<sup>21</sup> “(...) é uma universidade instituída, mantida e supervisionada por uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, gerida por colegiados constituídos de representantes dos professores, alunos e funcionários e da sua entidade mantenedora, bem como da sociedade em geral” (VANUCCHI, 2003).

### 3.1. Memória institucional e pertencimento

Em 2015, a Universidade da Região de Joinville fez 50 anos, Jubileu de Ouro. A data foi concebida por dirigentes e vários membros da comunidade acadêmica como uma oportunidade para comemorar, refletir, analisar e produzir escritas de história de sua trajetória. Tempo de pesquisar o passado para analisar o que pode, ou não, ser melhorado no futuro, ou ainda, criar vínculos, laços de pertença, que podem solidificar a visão que se tem de uma Instituição de Ensino Superior – IES.

É nesse contexto que o Arquivo Central da Univille (ACU) ganhou maior visibilidade, diante também, da nova configuração que é apresentada pela migração ao Sistema Federal de Ensino, na regulação de suas atividades. A Univille, como uma Instituição Educacional, segundo Magalhães (2004) é definida como um organismo vivo, criativo que é construído nas relações sociais, em que a cultura é produzida assim como a identidade institucional.

Ainda que no Ocidente a primeira universidade tenha sido criada em 1150 (Bolonha, Itália), no Brasil, onde ensino superior tem pouco mais de dois séculos (1808 – Faculdade de Medicina da Bahia), de existência, fazer 50 anos representa, no mínimo, uma oportunidade singular para refletirmos criticamente sobre a sedução que temos pelo instantâneo, pela novidade e pelos referenciais objetivos, formais e lógicos que comumente adotamos para identificar o começo e caracterizar a história de uma instituição<sup>22</sup>. (SOSSAI; COELHO, 2015. p. 13)

Comemorações foram realizadas para dar sentido ao Jubileu de Ouro, coordenadas pelo Centro Memorial da Univille (CMU) e pelo Programa de Extensão de História Oral (LHO), cujo sentimento de pertencimento foi evidenciado por antigos e novos dirigentes, professores, funcionários, alunos, comunidade e pessoas, que experienciaram, de alguma forma um tipo de sentimento topofílico, que de acordo com Tuan (1980), é um sentimento difícil de traduzir, pois está relacionado a um lugar, onde se manifestam os laços afetivos entre o indivíduo e o meio ambiente.

---

<sup>22</sup> A exposição “Arquivo, memória e patrimônio: Univille, 50 anos de história” busca, pois, compartilhar fragmentos do passado que, na atualidade, indiciam como diferentes gerações deram vida à instituição ao longo das últimas décadas e como nossos feitos no presente carregam passados e abrem possibilidades de futuros. (...) (SOSSAI; COELHO, 2015, p. 13).

O sentimento de pertencimento em relação à memória institucional é uma singularização que nasce da história de uma organização, diferente do habitual, “em um mundo que é rapidamente banalizado pela massificação, pela utilização cotidiana, pelo excesso de exposição, uma diferenciação que nasce pela história de uma organização, é um atributo que poucos têm” (NASSAR, 2007, p. 186).

Ao mencionar sobre memória Institucional, entende-se como necessário tirar do arquivo o poder da memória, até mesmo porque os documentos de arquivo não são memórias, visto que a memória é um comportamento cerebral. Logo é preciso lembrar “que a informação torna-se memória no cérebro humano, e não em qualquer outro lugar, tal como nos arquivos ou nos conjuntos de outros tipos de informações”. (LOPES, 2009, p. 129).

A memória, como uma função psíquica, humana e social, pode ser auxiliada pelos fragmentos que fazem parte do arquivo, mas nunca ao contrário. Le Goff (2010, p. 471) chama a atenção para necessidade de construir uma história pautada na memória coletiva, em que “todas” as vozes possam ser ouvidas, “de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para servidão dos homens”. Nesse mesmo sentido, Foucault (2008) adverte para a necessidade de alteridade, ao analisar os discursos e ainda, retirar da opacidade aquilo que é essencial. E este é o papel do arquivista hermeneuta e sensível, aquele que valoriza o arquivo por sua função social de informar, independentemente do tipo de usuário ou de pesquisa a ser realizada.

Duas obras, ganharam destaque nessas comemorações, escritas em parceria pelos professores Ilanil Coelho e Fernando Sossai,. A primeira é um catálogo decorrente da organização de uma exposição, intitulada: “Arquivo, memória e patrimônio: Univille, 50 anos de história”; a outra se trata do álbum comemorativo: “Univille: 50 anos de ensino superior em Joinville e região (1965-2015)”.

A exposição foi projetada com a finalidade de mostrar ao visitante a riqueza do arquivo e possibilitou expor fragmentos do passado. Foi também elaborado um catálogo apresentado a concepção da exposição e do circuito expositivo. Segundo os autores,

Mais do que documentar 50 anos da história, o circuito expositivo pretende possibilitar encontros, reconhecimentos e identificações que, suscitados por uma espécie de jogo de memórias, repercutem nos nossos sentimentos de pertença ou mesmo de recusa diante do que foi escrito ou dito sobre a universidade e seu papel na região norte e nordeste de Santa Catarina. Nesse jogo de memórias a exposição

alcançaria outro objetivo: mostrar que a história é um discurso que opera com memória múltipla (...) relato discursivo resultante de escolhas teóricas e metodológicas não exauridas de predileções, sensibilidade e vontades de saber e de poder de quem a faz e do lugar e do tempo de quem a faz (SOSSAI, COELHO, 2015, p. 14).

A exposição gerou aos visitantes a possibilidade de olhar e tocar vários tipos documentais impressos: fotografias, documentos oficiais, jornais, regimentos, atas, boletins, convites de formatura e também, documentos audiovisuais compostos por depoimentos de dirigentes, professores, técnico-administrativos, alunos e egressos. Toda a documentação ficou disposta em estações de pesquisas, cujos documentos oportunizaram ao lugar um cenário condizente com a proposta da exposição. Proposta que não objetiva contar a história da Univille, mas dar ao visitante a possibilidade de se sentir como um pesquisador no ambiente arquivístico; propiciar um espaço de vivência.

Este catálogo decorrente da exposição foi composto por fotos da Univille. Além disso, trazia como e quando iniciou o projeto Comemore<sup>23</sup>, descreveu o circuito expositivo e as fotos de alguns documentos, que também fizeram parte da exposição. Essas fotos foram expostas em lugares intitulados de estações<sup>24</sup>, como o próprio nome indica, é um lugar de paragem, partida ou chegada, sem linearidade, cuja escolha de por onde começar cabia unicamente ao visitante ou ao leitor. O catálogo, além de explicar sobre a exposição, possibilitou que o visitante soubesse também como foi criado o Comemore.

Mais do que uma celebração festiva interessada em comemorar um determinado acontecimento-fundador, o Comemore Univille teve como principal objetivo estimular egressos, atuais alunos, professores, funcionários e gestores da Instituição a sentirem que a trajetória da Univille é fruto da história de vida de cada um (SOSSAI, 2015, p. 19).

Mas a exposição, o Catálogo e o próprio Comemore não teriam o efeito esperado caso não fosse a participação do ACU. Nesse sentido, os registros do ACU

---

<sup>23</sup> Vinculado à Reitoria d Universidade e coordenado pelas equipes técnicas do Centro Memorial da Univille (CMU) e do Laboratório de História Oral (LHO), o projeto consistiu num conjunto de ações que objetivavam envolver as comunidades interna e externa à Universidade nas atividades comemorativas relacionadas à passagem, em 15 de março de 2015, dos 50 anos da história da educação superior em Joinville e região (SOSSAI, 2015, p. 19).

<sup>24</sup> “Em cada estação se disponibiliza um QR Code. Trata-se de um código de barras 2D que pode ser facilmente escaneado com a ajuda de um celular ou câmera filmadora (SOSSAI, COELHO, 2015, p. 19).



serviram de consulta, fontes fundamentais, pois neles estavam documentos, alguns até fragmentados, mas que ordenados, organizados, analisados e recuperados propiciaram os relatos da Memória Institucional da Univille.

Para disponibilizar os documentos do ACU para a escrita da história da Univille, muitas foram as descobertas geradoras de um misto de espanto e admiração, já que para conhecer o contexto histórico da instituição, primeiramente era necessário classificar, avaliar e descrever os seus documentos.

### 3.1.1. O Arquivo Central da Univille: história e comprovações

A proposta até então não foi a de construir uma história sobre o cinquentenário da Univille. A historiadora Ilanil Coelho, que aqui foi citada, já fez esse papel de escuta ativa da memória coletiva, na escrita do álbum comemorativo, mais precisamente no 2º capítulo: “Univille: uma escrita histórica”. Neste, ela analisou os acervos da Univille que estão no Arquivo Central, Centro Memorial e laboratório de História Oral, além de utilizar vários trabalhos sobre a Univille, referenciais bibliográficos sobre a história, educação e atribuições da universidade na atualidade. Ainda segundo ela, buscou-se compreender os 50 anos da trajetória institucional, levando em conta os discursos que, “em contextos variados, concorrem para as mudanças legais, o delineamento das dimensões pedagógico-científicas e a definição e atribuições das funções, da pertinência, abrangência e identidade da instituição” (COELHO, 2015, p. 27).

Mediante o ensejo de saber as razões que impulsionaram o desejo de ter em Joinville, na década de 1960, uma instituição de Ensino Superior, vasculharam-se alguns fragmentos e fontes. O primeiro índice foi o processo de autorização para o funcionamento do curso da Faculdade de Ciências Econômicas. Entre os documentos encaminhados ao Ministério da Educação e Cultura - MEC, em 23 de setembro de 1964, constava a exposição de motivos para necessidade de uma Faculdade em Joinville (ANEXO A), escritas pelo Diretor da Faculdade, o Professor Hamilton Sidney Alves de Carvalho, destacando-se, entre os principais motivos para se instituir uma Faculdade em Joinville, dessa cidade centenária ser reconhecida como a “Manchester

Catarinense”<sup>25</sup>, de 1950 a 1980, segundo Ternes (1993); devido as mais de quinhentas fábricas e 25 mil operários; de ser o maior centro arrecadador de tributos estaduais e federais; de sua população estar estimada em 80 mil “almas”, sendo 35 mil eleitores e 45% da população de Santa Catarina. Após esses dados, o documento menciona que Florianópolis centralizava o ensino superior, o que fazia com que um grande número de jovens precisasse se deslocar, trazendo muitos gastos para os seus responsáveis, o que desestimulava o ingresso no Ensino Superior. E finaliza da seguinte forma:

Os que servem ao Brasil, através dos altos postos no setor educacional, dando guarita ao mais ardente desta operosa população, entregando-lhes uma Faculdade, ainda mais servirão à Pátria, preparando o futuro de centenas de nossos concidadãos, cujo desejo é tão somente o de servi-la ardentemente, tornando-a digna no concerto dos povos no universo (FUNDAJE, 1964, p. 13).

Em um primeiro momento, de acordo com Coelho (2015), o pedido de autorização foi indeferido pelo MEC e, com isso, o CFE baixou várias diligências para inquirir sobre a pertinência do curso, natureza e capacidade financeira da mantenedora; além disso, queriam explicações sobre a equipe de professores, sendo que a maioria residia em Curitiba/PR. Esse processo se arrastou com idas e vindas de diligências e somente em 18 de março de 1969, ano em que a primeira turma se formou o curso, foi autorizado a funcionar.

Em entrevista dada à *Revista Universo Univille*, em 2005, na comemoração dos 40 anos da instituição, o professor Hamilton Sidney Alves Carvalho, ex-dirigente, afirmou que o mérito para a instituição do ensino superior em Joinville pertence à figura feminina da professora Ana Maria Harger, que falou de seu sonho de implantar em Joinville o Ensino Superior.

Coelho (2015, p. 28 apud. Ternes 1986 p. 127) também aponta que a Univille possivelmente surgiu das dificuldades financeiras do Colégio Bom Jesus, que vinham já desde 1955. Em 1963, por decisão da Sociedade Civil Filantrópica, mantenedora desta entidade educacional, optou-se por sua dissolução, o que resultou na aquisição

---

<sup>25</sup> Joinville, em razão de pré-condições existentes, desde espírito empreendedor, disciplina operária, disponibilidade de energia elétrica, posicionamento geográfico, capital acumulado, não apenas acompanha o processo, mas se transforma numa cidade líder desta fase. A exemplo de Manchester, na Inglaterra, a cidade das chaminés, Joinville conhecerá novo cognome “Manchester Catarinense” (TERNES, 1993, p. 168)

do prédio pela Comunidade Evangélica de Joinville, a primeira mantenedora da Faculdade, redefinindo os caminhos fundadores da instituição.

No dia 9 de março de 1964, foi realizada a sessão solene de Fundação da Faculdade de Ciências Econômicas de Joinville (ANEXO B), no entanto, o seu funcionamento inicia somente no ano seguinte. A primeira turma de Ciências Econômicas, com aproximadamente 50 alunos, teve início no dia 15 de março de 1965, no prédio do Colégio Bom Jesus.

Em 1967, após dois anos de funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas e, com o intuito de estimular a criação de outras instituições de ensino, o então prefeito Nilson Bender, por meio da Lei Municipal nº 871, de 17 de julho de 1967, criou a Fundação Joinvilense de Ensino – FUNDAJE. Conforme Coelho (2015, p. 32), no Estatuto da Fundaje “sua administração seria exercida por um conselho deliberativo formado por sete membros, todos escolhidos pelo prefeito”.

No ano seguinte, em 1968, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), com quatro cursos de graduação: Letras, História, Geografia e Matemática. O funcionamento dessa Instituição dava-se no Colégio Santos Anjos, sendo que em 1969, a Faculdade de Ciências Econômicas foi integrada a FUNDAJE.

Em 1970, a FUNDAJE passa a ser reconhecida como instituição de utilidade pública pela Lei Municipal nº 1070/1970. Ainda nesse mesmo ano, foi criada a Escola Superior de Educação Física, cujas atividades se desenvolviam nas dependências da Sociedade Ginástica.

No ano de 1971, a denominação da FUNDAJE foi modificada para Fundação Universitária do Norte de Santa Catarina – FUNC, e criada a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, que funcionava no Colégio Santos Anjos.

Finalmente, em 1975, os cursos foram transferidos para a sede própria, localizada no Campus Universitário, no Bairro Bom Retiro, e a FUNC passou a denominar-se Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ, legalizada pela Lei Municipal nº 1423/1975. Nesse sentido, a FURJ passou a ter autoridade para a escolha de seus dirigentes, fato que iria além de uma escolha, afinal a FURJ, a partir daí, passava a pensar, organizar, administrar e determinar, de uma forma mais próxima comunitariamente falando, os seus passos, sua missão e objetivos como uma Instituição de Ensino voltada à comunidade joinvilense, uma porque até a FUNC, o cargo de diretor era cargo de confiança do prefeito. Essa é uma grande mudança tanto para a história da Univille quanto para a história dos seus arquivos.

O prefeito Pedro Ivo, também em dezembro de 1975, sancionou a Lei nº 1.423, a qual, além de alterar a denominação para Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ), definiria a instituição como “entidade de personalidade jurídica própria, de direito público” (COELHO, 2015, p. 37).

As várias localizações administrativas, a autoridade do Poder Público sobre a Instituição e o fato de não haver gestão de documentos em um período de 45 anos, dão pistas do porquê da desorganização dos documentos constituintes da Univille. Muitos documentos localizados não possuíam informações, como datas, assinaturas e origem, e foi necessário fazer sua leitura e interpretação e também confrontá-los com outros documentos, atas de reunião, livros de registros, para entender a que contexto esses documentos pertenciam.

Vários documentos apresentavam frases soltas, que mais pareciam rascunhos, mas não eram eliminados, e ao serem recolocados ao seu lugar de origem, geravam novo sentido ao documento. Como exemplo, lembro que a pesquisadora Ilanil Coelho, solicitou o projeto da faculdade de Ciências Econômicas, e, em suas pesquisas, encontrou um bilhete de um dirigente solicitando a um político influente a agilidade no processo de autorização. O bilhete foi classificado como parte do documento, que, embora sem um sentido administrativo ou jurídico, contém informações relevantes à pesquisa. Esse é um exemplo de contribuição de um olhar crítico e investigativo como proposto por um arquivista hermeneuta que, ao ler um documento, tem o cuidado de preservar até mesmo o rascunho que, mesmo não sendo um documento oficial, propiciou ideias de criação ao olhar do pesquisador, oferecendo-lhe pistas daquilo que se queria dizer mas não oficialmente pelos meios jurídicos próprios.

Para a atual migração ao Sistema Federal de Ensino., foram solicitadas todas as datas de início dos cursos, que poderiam ser facilmente localizados se os calendários acadêmicos tivessem sido arquivados. Na falta desses calendários, foi necessária a leitura das atas de reunião que eram pertinentes ao curso, consultas aos diários de notas para averiguar em que dia iniciaram-se as aulas etc. O que se percebeu nesse contexto é que, como os professores em sua maioria vinham de Curitiba, algumas disciplinas eram dadas por dia, ou seja, as datas de início do curso precisavam ser consultadas em todos os diários para ver qual disciplina tinha iniciado primeiro. Esse trabalho exigiu muita pesquisa, pois as fontes eram diversas e por vezes desconhecidas; em algumas atas, localizamos datas diferentes de início de

aula. Devido a isso, buscávamos sempre, pelo menos, duas fontes que trouxessem a informação da mesma forma.

Ao recorrer aos diários de notas e frequências, documentos esses de guarda permanente, percebeu-se que os diários dos cursos de Administração e Ciências Contábeis, dos dois primeiros anos de início do curso, 1970 e 1971, não foram localizados. Esses diários precisavam ser digitalizados e encaminhados para o Sistema Federal de Ensino, para fins de comprovação. Solicitamos ajuda ao Centro Memorial da Univille e ao Arquivo Histórico de Joinville, mas infelizmente os diários não estavam lá. Dessa forma, a solução foi fazer a leitura das atas de reunião, projetos de curso, livro de matrícula cronológica, para a compreensão do encadeamento histórico resultante do cotejamento do livro de matrícula cronológica, com o livro de processo seletivo e uma ata de reunião, documentos que demonstravam que os referidos cursos iniciavam sua matrícula na 3ª série. Essa pesquisa nos levou também a uma ata de reunião, que dizia que o curso de Administração e Ciências Contábeis surgiram a partir do curso de Ciências Econômicas e os alunos da 3ª série<sup>26</sup> solicitaram a transferência para o curso de Ciências Contábeis ou Administração. Em decorrência disso, os processos seletivos para os referidos cursos iniciaram somente a partir de 1973.

O arquivista hermeneuta, é o pesquisador, surgiu quando o olhar percebe no arquivo várias possibilidades imbuídas na construção histórica de cada documento. Ao olhar os documentos acadêmicos, da década de 60 e 70 percebe-se a repressão, a moda, os costumes, a cultura, o número reduzido de mulheres; nos mapas geográficos estáticas sobre os meio de locomoção, o número de habitantes, as bicicletas como meio de transporte, as doenças que preocupavam e que ainda não estavam relacionadas ao sedentarismo; nas fotografias a moda, a arquitetura, nos livros de registro, escrito à mão, pensa-se que naquela época o tempo “era amigo da perfeição”, os documentos precisavam ser feito com cuidado, não havia corretivo, a vida parecia correr por motivos bem diferentes dos de hoje em dia, e ai, quanto pesquisa para quantos pesquisadores e interessados, esse é o arquivista hermeneuta,

---

<sup>26</sup> Como os cursos Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração possuíam a mesma matriz curricular até o 3º ano, caso o aluno desejasse ele conseguia receber o título de bacharel nos três cursos em um período de 5 anos.

que pensa e trabalho como um pesquisador que percebe no arquivo fontes, muitas para dar sustentação a pesquisa do outro, o outro pesquisador.

Levando em conta esses exemplos, percebeu-se que essa é a possibilidade de uma abordagem de um arquivista hermeneuta, como aquele que vai além das constatações palpáveis e procura desvelar através da opacidade, os ditos e não ditos, as possibilidades e lacunas presentes nas entrelinhas. Perceber nos fragmentos, com a sensibilidade de um investigador, tendo como premissa a alteridade, lembrando das conjunturas que perpassaram aquele documento.

Em suma, diante do falar dos percalços que compreenderam as pesquisas para cumprir as comemorações dos 50 anos da Univille e da Migração para o Sistema Federal de Ensino, suscitaram reflexões que comprovam ser primordial conhecer o contexto histórico para deliberar sobre a documentação do arquivo.

### **3.2. Arquivo Central da Univille: pesquisa e investigação**

Quando se pensa em documentos guardados em um arquivo, pode se pensar que em cada um deles há fragmentos que, uma vez, organizados, analisados, interpretados, unidos a outros, podem pôr à luz através das pesquisas das condições de sua produção, do contexto em que foram produzidos e até revelar instrumentos de poder, bem como ressalta Le Goff (2010, p. 525):

Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos (...) inseri-los nos conjuntos formados por outros monumentos, os vestígios da cultura material, (...). Enfim, tendo em conta o fato de que todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de pôr à luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é um instrumento de poder (LE GOFF, 2010, p. 525).

Diante disso, “é preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições dos documentos – monumentos”, de acordo com o salienta Le Goff (2010, p. 538).

Documentos e fotografias, fragmentos dos ditos e não ditos, pesquisas que fazem parte da prática arquivística e, para serem avaliados, sugere-se conhecimento

prévio do contexto histórico da instituição pesquisada de modo sistemático.

Os registros do ACU foram, e continuam sendo consultados, no intuito de recolher os fragmentos envoltos na Memória Institucional da Univille. Eles serviram como fonte de pesquisa para que se produzisse a exposição histórica dos 50 anos da Univille e, ainda, ofereceram comprovações pertinentes ao processo de migração da Univille para o Sistema Federal de Ensino.

Mas nem tudo foram flores! Houve situações em que em muitos casos a pesquisa documental foi insuficiente, devido às lacunas, rasuras e até por informações inconsistentes. Para esclarecimentos, buscou-se a experiência e a vivência de muitos atores sociais que trazem em seu tempo de vida o convívio profissional com a Universidade. Os registros dessa comemoração resultam do engajamento de várias pessoas e foi pensada com o intuito de trazer para si e para o outro a memória coletiva que se fez e faz parte dessa construção, conquistas e desenvolvimento, atos que permitem ver a Univille como referência em ensino, pesquisa e extensão.

Conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagético e projetivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Nesse sentido, a organização do ACU, a partir da visão do hermenêuta sensível, facilitou o conhecimento prévio do contexto universitário ao qual se pretendia chegar. Estava ali, naqueles papéis, um determinado tempo de funcionamento, locais dos cursos e parte das leis que os regiam em suas implicações legislativas, além de um contexto político, econômico e cultural, que incidiram sobre a construção dessa Universidade, fatores que contribuíram para a escrita do Álbum de fotos da exposição, por exemplo. Isso mostra qual é o papel do ACU dentro da Univille.

Por muitas vezes, como arquivista do ACU, fui procurada para que dúvidas fossem sanadas sobre os registros da Faculdade de Economia, do Projeto Univille, dos alunos das primeiras turmas, das fontes comprobatórias de parcerias com órgãos federais e estaduais, como Centro de Biotecnologia.

Ao adentrar nesse universo arquivístico da Univille, perceberam-se detalhes que me fazem imaginar quão rico é esse acervo. Quando iniciei a organização dos documentos acadêmicos, percorrendo desde o início da instituição, em 1965, até 1970, algo me inquietava nos documentos solicitados para matrícula do acadêmico,

entre os quais estavam abreugrafias<sup>26</sup>, atestados de idoneidade moral, vacina ante varíola e os inúmeros documentos comprobatórios do ensino médio, do ensino primário, e que me deram uma pequena ideia do tamanho da pesquisa que esses documentos podiam e podem proporcionar, indo desde o confronto com a ditadura até as doenças que acometiam a população naquela época. Detalhes estes que podem trazer ao arquivo possibilidades imensuráveis.

Em momentos como esses, visando a possibilitar uma ampla e melhor pesquisa no Arquivo Central da Univille (ACU), foi necessária a experiência, a teoria e a prática de um arquivista hermeneuta sensível, participando ativamente da pesquisa. No entanto, foi um trabalho difícil, árduo, em função do próprio estado em que o ACU se encontrava (estado este a ser tratado no item a seguir, quando se falará da história do ACU), porém satisfatório mediante os resultados obtidos, não só em relação a servir como fonte documental à exposição que aconteceu nas comemorações do Cinquentenário da Univille, na qual textos, imagens e demais documentos puderam ser apreciados, tocados e olhados pelos participantes, mas também por ser um viés a outras tantas pesquisas documentais e a outros pesquisadores.

Anteriormente, falou-se sobre duas obras que se destacaram nas comemorações dos 50 anos da Univille e não foi por acaso que apenas uma foi retratada, já que a intenção era a de aguardar o tempo certo para fazer menções sobre a escrita do álbum comemorativo: “Univille: 50 anos de ensino superior em Joinville e região (1965-2015)”. Isso porque, é a partir desse álbum que se pretende mostrar aspectos da instituição, sob o olhar da professora historiadora Ilanil Coelho, e das pesquisas decorrentes da arquivista que desencadeou um processo sistemático de busca documental.

A pesquisa me posicionou como uma protagonista dessa história, pois documentos que estavam “mortos” precisavam ser ressuscitados, lapidados. Não podia ser feita uma classificação por “achismos”. Era necessário unir teoria à prática, ter sensibilidade e agir como uma hermeneuta, pesquisadora que investiga e interpreta a informação para entender aquilo que estava sendo classificado.

Embora, antes de iniciar os trabalhos no arquivo, eu já estivesse na instituição há dez anos, descobri que pouco conhecia sobre ela. Portanto a minha experiência na secretaria acadêmica auxiliou sobre maneira na classificação dos registros acadêmicos, documentos vitais para essa instituição de ensino. Diferentemente, os



documentos da Reitoria, que foi se conhecendo em meio à recuperação dos dados do contexto institucional.

Para essa primeira seleção, os documentos precisavam ser classificados sob um olhar crítico, sensível e hermeneuta, levando em conta os enunciados de poder, o que dava clareza de que não se podia acreditar no primeiro fragmento: antes de repassar as informações era preciso confrontar as fontes.

Dessa forma, a reflexão do arquivista hermeneuta faz perceber a interdisciplinaridade como uma ferramenta de trabalho, pois entende não ser possível desvincular o saber arquivístico de outros saberes e de outros olhares, isso para não correr o risco de tomar para si o discurso do “outro”, conforme nos lembra Foucault (2004), quando este afirma que aquele que detém o saber controla a sociedade, visto que “Todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que estes trazem consigo” (FOUCAULT, 2004, p. 12).

Isso nos conduz a outro ponto interessante do saber: a interdisciplinaridade. De acordo com Pombo (2005), ser interdisciplinar é demonstrar coragem de partilhar o que se sabe e buscar em outros saberes aquilo que não se sabe.

Sem interesse real por aquilo que o outro tem para dizer, não se faz interdisciplinaridade. Só há interdisciplinaridade se somos capazes de partilhar o nosso pequeno domínio do saber, se temos a coragem necessária para abandonar o conforto da nossa linguagem técnica e para nos aventurarmos num domínio que é de todos e de que ninguém é proprietário exclusivo. Não se trata de defender que, com a interdisciplinaridade, se alcançaria uma forma de anular o poder que todo saber implica (o que equivaleria a cair na utopia beata do sábio sem poder), mas de acreditar na possibilidade de partilhar o poder que se tem, ou melhor, de desejar partilhá-lo. Como? Desocultando o saber que lhe corresponde, explicitando-o, tornando-o discursivo, discutindo-o (POMBO, 2005, p. 13).

Para a pesquisa que se pretendia fazer, em tão pouco tempo, o conhecimento do contexto histórico no qual a instituição foi fundada era necessário, entretanto, diferente do que se imaginava; esse conhecimento só veio à tona, principalmente, por existir a partilha dos saberes, a interdisciplinaridade oriunda dos estudos e da vivência minha e dos demais que partilharam comigo anos de trabalho na Univille.

### 3.3. Caracterizando o Arquivo Universitário

Os arquivos universitários, segundo Bellotto (1989, p. 20/23), resultam da acumulação de documentos gerados ou reunidos por instituições públicas ou privadas no exercício das funções e atividades que comprovam e justificam sua existência e são conservados enquanto seu teor está em vigor/vigência, por razões administrativas e/ou jurídico-legais, podendo constituir elemento documental dentro dos arquivos permanentes, conhecidos como históricos. Essa pesquisadora também destaca os principais objetivos dos arquivos universitários, entre os quais estão: reunir, processar, divulgar e conservar todos os documentos relativos à administração, história e ao funcionamento/desenvolvimento da universidade; avaliar e descrever estes documentos tornando possível seu acesso, segundo as políticas e procedimentos elaborados especificamente para estes fins; supervisionar a eliminação, tendo o controle da aplicação das tabelas de temporalidade, a fim de que nenhum documento de valor permanente seja destruído.

Na realidade brasileira, para Bottino (1995), o arquivo universitário deve ser visto sob a perspectiva de Universidade/Arquivologia, entretanto ele afirma que até a década de 90 os arquivos universitários eram pensados apenas por seu valor comprobatório, deixando aquém o valor histórico.

Nesse sentido, Fonseca (1998, p.26) salienta que “o papel primordial que compete aos arquivos e que justifica a sua existência ao lado da sociedade é agregar uma função social às ações que desenvolvem, às informações que produzem e transferem e à memória coletiva que preservam”.

No que se refere à organização dos arquivos universitários, eles tornaram-se alvo de preocupação em 1991, com a realização do 1º Seminário Nacional de Arquivos Universitários. Bottino (1995) comenta que foi esse seminário que trouxe o olhar sobre a importância e necessidade no tratamento desses arquivos, por uma área especializada da Arquivologia. Outro ponto evidenciado pelo autor, trata-se da Lei nº 8.159 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados aos quais contemplam os arquivos universitários. Ele, porém, chama a atenção pela falta de iniciativas no sentido de colocar em prática os preceitos legais vigentes.

### 3.3.1. A Gestão Documental nos arquivos da Univille

A Universidade da Região de Joinville produz um enorme número de documentos e para que estes cumpram com sua função social, administrativa, técnica, jurídica, cultural, entre outras, é necessário que estejam organizados, preservados e acessíveis.

O Arquivo Central da Univille, que está instalado nas dependências da biblioteca universitária, possui cerca de 150 mil pastas, distribuídos em 210 estantes e ocupa um espaço de 335 m<sup>2</sup>. Entre suas atribuições, o setor Gestão Documental é responsável pela gestão dos documentos dos arquivos corrente, intermediário e permanente dos Campi Joinville, São Bento do Sul, Unidade Centro e São Francisco do Sul.

Em 2009, deu-se o início de implantação de Sistemas de Arquivo da Univille, iniciando pelo Arquivo Central, que devido à falta de gestão documental não recebia nenhum tipo de documento no setor há dois anos. No início do processo, com o inventário, foi possível perceber que muitos documentos faziam parte da atividade fim da instituição e que, entre documentos comprobatórios, jurídicos e administrativos, estavam os documentos históricos, que agiram na construção e no desenvolvimento da Universidade em seus 50 anos de existência.

As atividades de uma instituição refletem-se nos documentos que ela produz e acumula, portanto, para iniciar uma pesquisa, o mais confiável, segundo Lopes (2009), é conhecer as atividades que são desenvolvidas e que estão em desenvolvimento, levando em conta que estes registros documentais evidenciam as atividades, as estruturas e funções desenvolvidas na instituição à qual pertencem. Dessa forma, é possível entender quais são as atividades meio e quais são as atividades fim<sup>27</sup> da Instituição.

Se o arquivo é o conjunto de documentos recebidos e produzidos por uma entidade, seja ela pública ou privada, no decorrer de suas atividades, claro está que, sem o conhecimento dessa entidade, sua estrutura e alterações, seus objetivos e funcionamento, seria bastante difícil compreender e avaliar o verdadeiro significado de sua documentação (PAES, 2004, p.35).

---

<sup>27</sup> Atividade-fim: atividade desenvolvida em decorrência da finalidade de uma instituição; também chamada de atividade finalística (DBTA, 2005, p. 39).

No caso da Univille, suas atividades fins estão imbuídas em sua missão, atualmente definidas para “Promover formação humanística e profissional de referência para a sociedade, atuando em ensino, pesquisa e extensão e contribuir para o desenvolvimento sustentável (UNIVILLE, 2009)”. Há de se entender que os documentos que tratam da atividade fim de uma instituição, devem ser guardados e preservados permanentemente, por seu valor administrativo, jurídico, comprobatório e histórico. Essa divisão é necessária para a classificação dos mesmos e também diferenciá-los dos demais documentos de atividade meio<sup>28</sup>, que são aqueles que possuem funções administrativas, comprobatórias e jurídicas, cujos prazos são determinados de prescrição.

Em um primeiro momento, observou-se que não havia descrição dos documentos que estavam no ACU. Eles, parafraseando Foucault (2008), se acumulavam indefinidamente em uma multidão amorfa, que mais parecia um grande depósito. O material produzido estava armazenado sem critério, muitas caixas sem identificação, multiplicidade de cópias de documentos.

Como princípio para as ações que se pretendiam adotar, elegeu-se o diagnóstico como princípio norteador. A primeira ação foi inventariar todo material que estava no ACU. A partir daí, em conjunto com os chefes de áreas e funcionários, foi possível eliminar três toneladas de papel, entre cópias, material de divulgação “de outras instituições”, pilhas de diário oficial, protocolos das mais diversas ordens e setores.

Nota-se ainda que, devido à falta de um sistema informatizado, o único controle que existia era um livro de protocolo, onde era anotado a data, o documento que havia sido retirado, e o nome de quem o havia retirado.

Não havia confiabilidade entre os pares que, segundo Capez (2012), se faz necessária a partir da premissa de que “todos” são responsáveis por suas ações, até mesmo porque seus atos tencionam evitar prejuízos a terceiros e não ao contrário. Com esse sentimento foi feito um trabalho de conscientização, mudou-se o protocolo para uma tabela no Excel, que indica quando e para qual local o documento foi transferido. Com essa mudança, quando o documento não é localizado, é feita força tarefa na busca do documento alterando a confiança positivamente.

---

<sup>28</sup> Atividade-meio: atividade que dá apoio à consecução das atividades-fim de uma instituição; também chamada de atividade mantenedora (DBTA, 2005, p. 39).

Ao iniciar o processo de organização, pensamos em utilizar o princípio máximo da arquivologia, o princípio da proveniência<sup>29</sup>, no entanto deparamo-nos com a problemática de documentos de setores extintos. Além disso, como em 2009, a Universidade já possuía 45 anos de existência, sem gestão documental, foi necessário reclassificar e realocar os documentos: tirá-los de sua ordem original, até porque não havia ordem e o princípio da proveniência, nesse caso, não poderia ser levado em conta. Essa problemática já é prevista, por pares da profissão e, portanto, não há como estabelecer que métodos e teorias sejam seguidos à risca.

Seguindo essa perspectiva Sousa (2013) adverte quanto a dificuldade de utilização do princípio da proveniência:

Tomemos como exemplo a aplicação do princípio de proveniência e de seus desdobramentos na realidade arquivística brasileira. Ela é dificultada, sobremaneira, pela desorganização dos arquivos na origem (arquivos dispostos nos setores de trabalho e massas documentais acumuladas), pela instabilidade institucional, pela ausência de trabalhos em história administrativa e pela falta de critérios para a estruturação das organizações públicas. (SOUSA, 2013, p.152).

Uma alteração efetivada foi a troca do método alfabético, utilizado para prontuários acadêmicos, fichas de registro de funcionários e outros, que considerava primeiro o sobrenome e, depois, o prenome. Todavia essa regra não funcionava na prática. O que ocorria com frequência era procurarmos um nome pelo sobrenome e não encontrá-lo. Por isso invertemos o processo e modificamos 150 mil pastas do arquivo, colocando o prenome na frente, pois o sobrenome, principalmente, no caso das mulheres com a mudança do estado civil. Com essa inversão, o processo tornou-se mais rápido e eficaz.

Cabe ressaltar que para os prontuários médicos, documentos que estão no Arquivo Central e são provenientes do Ambulatório Universitário da Univille, utiliza o método de arquivamento numérico, por reunir informações sigilosas de caráter médico, científico e legal, que, nesse caso, devem obedecer a uma ordem que não coloque em risco tais informações.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) define prontuário, em seu artigo 1º da resolução n.º 1.638/2002, como sendo um documento único, constituído de um

---

<sup>29</sup> Determina que documento de um órgão produtor não pode ser misturado aos de outro órgão produtor (DTA, 2005).

conjunto de informações, sinais e imagens registradas, geradas a partir de fatos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo.

Esse direito fundamental de sigilo está previsto na Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º inciso X, da seguinte forma:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

No delinear dessa pesquisa, houve a necessidade de um modelo de arquivista hermeneuta que, além de unir teoria à prática, pudesse produzir sobre o arquivo um olhar reflexivo, investigativo e contemplativo, atentando às necessidades de preservação do patrimônio documental para a produção da memória institucional. O arquivista hermeneuta surge doravante necessidades que perpassam o fazer arquivístico e, nesse caso, ser hermeneuta está atrelado a atitudes que colocam a arquivística e o arquivista em um papel de *empoderamento* cuja atividade destes é permeada pela pesquisa, crítica, dúvida, distanciamento, desnudamento e o confronto entre as informações, tendo como base o contexto histórico e social de produção do documento.

Os desafios e os enfrentamentos não terminaram aqui. Para que a informação permaneça e possa ser acessível no arquivo para quem dela precisar, é fundamental acompanhar o tempo e investir em tecnologia, iniciando um processo de gestão de documentos no ambiente virtual. Isto é, facilitar a localização da informação, o que favorece, através da certificação digital, a redução de grandes massas documentais, possibilitando o acesso ao documento de forma segura e com valor legal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arquivologia surgiu a partir do momento em que existiu a necessidade de preservar. Mas só se preserva aquilo que foi finalizado, aquilo que é valioso, seja para pessoa física ou jurídica. A preservação é movida por necessidades, interesses e desejos, não há uma preservação sem motivação e também não se pode preservar tudo, já que há leis que precisam ser consultadas e perguntas que precisam ser feitas. Essa tarefa demanda reflexão, análise, investigação, outros olhares e são esses os pontos que foram discutidos neste trabalho.

O que se vê como unânime entre os autores, que aqui foram expostos, é a necessidade de conhecer o contexto, a estrutura, a finalidade da instituição a ser analisada e só assim deliberar sobre o seu arquivo. Essa percepção foi fortificada ao longo do processo, por exemplo, nos momentos pontuais em que se precisou aprender sobre a instituição, entender o que motivou sua construção, os percursos, suas naturezas jurídicas, peculiaridades, finalidades e toda essa construção social pelas quais ela passou. Uma construção é determinada por pessoas, assim como as leis que regem essa construção, e isso não se pode desvincular do contexto. Diante disso, foi necessário muito mais do que organizar: foi necessário investigar e analisar aquilo que se estava lendo, para então organizar com conhecimento de causa, ou seja, saber do que trata o assunto, para então possibilitar ao pesquisador fragmentos que serviram como pilares de sustentação ao que se pretendia trazer à tona como fato confiável.

Esses pilares de sustentação estão em vários locais e servem a várias necessidades e pesquisas. Não há como centralizar uma informação em apenas um lugar, pois essas servem a várias finalidades e são provenientes de vários setores. Esse processo foi feito de teoria, prática, experiência, aliado a um olhar de admiração e espanto, pelo qual se fez surgir o arquivista hermeneuta sensível. Aquele arquivista de um olhar que consegue fazer conexões, porém que não vieram ao acaso, outrossim pela necessidade em atrelar informações, para comprovações e para processos do cotidiano. Esse conhecimento não se contenta em dizer que a informação não foi localizada ou que se restringe a um documento, é um processo que em que o arquivista, precisa ter a postura e o comprometimento de um pesquisador. Diferente deste, para um arquivista clássico, bastava organizar levando em conta a proveniência

e fornecer ao pesquisador aquilo que ele desejava, entretanto sabia-se que quanto mais fragmentos, mais possibilidades, o que possibilitaria maior sustentação. Portanto buscar conhecer o contexto a que faz parte, é um facilitar do processo, onde a reflexão do fazer arquivístico do hermenauta sensível leva a conexões, que vão surgindo mediante esse conhecimento. Há um entendimento que faz com que esse tipo de arquivista consiga compreender as necessidades do usuário, mediante questionamentos que vão traduzindo essa necessidade. Este processo é constituído em conjunto com os usuários e explica do que se trata o setor e seus documentos. Dessa forma, os assuntos e descrições são feitos em conjunto, de forma que ambos possuem acesso ao processo de busca, o que faz com que o usuário saiba quais são os documentos que estão em seu setor.

Quando é feita a solicitação do documento o usuário consegue, mediante esse inventário, fazer a solicitação de forma precisa o que agiliza o processo; além disso, quando não há necessidade do documento físico, é feita a digitalização do documento para que seja encaminhado ao devido setor. Nesse âmbito, quando se fala do arquivista hermenauta e sensível, isso também faz referência, afinal a observação do arquivista mediante as necessidades do usuário, de que forma o processo pode se tornar menos burocrático e mais ágil, não há uma determinação unilateral, os processos são refletidos, sendo possível buscar o melhor método para se chegar ao melhor resultado, bem como, quando se buscou informações no arquivo a respeito dos cinquenta anos de existência da Univille. O que se fez aí foi todo um processo histórico social e de memória, que teria outro resultado se não fosse a partir de um olhar sensível, que abraça possibilidades várias e múltiplas formas de ver um documento, depositado em um arquivo, ao qual deram o nome de “morto”, mas que é ainda vivo e está ali no seu desejo de ser útil à memória, à história e aos demais pesquisadores e seus olhares e correntes necessidades de pesquisa, até mesmo aos demais departamentos de uma instituição.

Nesse sentido, deve-se considerar que a padronização dos processos documentais existe e que é necessária ao usuário e ao arquivista para a visualização do processo como um todo, assim como evitar a poluição visual. No entanto, é primordial demonstrar que o arquivo precisa ser um local em que a informação esteja acessível e de fácil localização, que seja construído com e para o usuário, de forma simples, em que qualquer pessoa, mesmo sem um conhecimento prévio do arquivo, consiga localizar o documento. Por isso, o bom inventário é aquele realizado sob o



olhares do arquivista hermeneuta sensível a fim de ser um facilitador ao setor de origem, dentro de um padrão estabelecido pelo arquivo. Nesse caso, o treinamento da sensibilidade é essencial para lembrar processos e otimizar outros, para saber que não basta apenas uma classificação, uma organização, mas todo um conjunto de processos, entre os quais está arquivologia hermeneuta que procede da epistemologia do sensível.

É ainda relevante considerar a importância da interdisciplinaridade, das decisões refletidas em conjunto, que não existe um único método ou teoria, e que cada documento de um arquivo precisa ser analisado no particular. Lembra-se aqui que, nesse contexto, não há o certo ou o errado a princípio, visto que os documentos arquivados oferecem múltiplas possibilidades e olhares; o que existe de fato é as tentativas no intuito de fazer o melhor, de trazer à tona o que um texto, permeado de enunciadores dispersos, permite dizer sobre o que se está ali; nesse texto há ditos e não ditos, lacunas, incompletudes, que somente podem dar vida a novos textos à luz da sensibilidade do arquivista, já que as informações podem se relacionar a partir do modo como este as classificou, organizou e as dispôs no âmbito arquivístico.

Assim sendo, não se pode engessar o conhecimento, nem tão pouco desprezar a experiência. Eles caminham juntos e podem ser diferenciais na busca pela excelência profissional, dependendo do profissional que se deseja ser, até mesmo porque todo conhecimento empírico, desde que concernente ao homem, vale como campo filosófico possível, em que se deve descobrir o fundamento do conhecimento, a definição de seus limites e suas verdades, numa paráfrase a Michel Foucault. Para isso, é fundamental também a configuração antropológica da filosofia moderna que consiste em desdobrar o dogmatismo, reparti-lo em dois níveis diferentes que se apoiam um no outro e se limitam um pelo outro e que possibilita aos atores sociais pesquisadores e arquivistas a análise pré-crítica do que é o arquivo em sua essência, convertendo em um outra e nova história, em um outro e novo modo de ver um documento em sua mesma essência, e que vem a partir do conhecimento científico (teoria) e da experiência (prática) vivenciadas no dia a dia do arquivo.

Tratam-se de forças complementares que, para dar vida aos “arquivos mortos”, e na possibilidade de uma verossimilhança, precisam ser pormenorizadas dentro de sua peculiaridade cuja reflexão, análise, questionamento, teoria, prática e também os métodos são condições *sine qua nom* para classificar e organizar os documentos,

dentro de uma perspectiva em que o arquivista aqui exposto é um hermenêuta sensível.

Nesse entendimento, percebe-se que não há uma teoria pronta e acabada, mas questionamentos, indagações e reflexões que possibilitam o conhecimento, há sim uma junção da teoria e da prática procedentes da experiência, do estudo, do querer sempre um detalhe a mais, do saber que um texto documental, em seus enunciados dispersos, não está preso a um espaço, campo e/ou teoria, mas que é efetivado a partir de outros saberes, dentro de um círculo hermenêutico que possa abranger a complexidade da condição humana em sua sensibilidade, sem, no entanto, descartar a razão; afinal, uma complementa a outra e as duas possibilitam ao arquivista hermenêuta sensível, quando partilhado o seu saber com outros e até com demais departamentos que enviam documentos ao arquivo onde aquele exerce sua função humana de labor, o fazer emergir de histórias comprovações como a do Cinquentenário da Univille.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, S. **A Trindade**. Trad. e introd. de Augustino Belmonte, rev. e notas de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1994.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Condições teóricas para a integração epistemológica da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na Ciência da Informação**. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42349/46020>. Acesso em 15 mai.2016

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **A Construção discursiva em Arquivística: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição**. 2010. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/barros\\_thb\\_me\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/barros_thb_me_mar.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Universidade e arquivos: perfil, história e convergência**. Campinas: Transinformação, 1989.

\_\_\_\_\_, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_, **Prefácio**. In: LOPES, Luís Carlos. A nova arquivística na modernização administrativa. Brasília, 2009.

BOTTINO, Mariza. **Os arquivos universitários no Brasil**. In:\_\_\_\_\_. **A Informação: questões e problemas**. Niterói: EDUFF, 1995. p. 61-67

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da Ciência – por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP. 2003

BRASIL. **Lei nº 6.546. 4 de julho de 1978**. 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6546.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm). Acesso em 25 de ago. 2015.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. 1988. Inciso X do Artigo 5. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 25 ago. 2015.

BRASIL. **Lei n. 8.19 de 8 de janeiro de 1991**.1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [República Federativa do Brasil] Brasília, DF, 9 de jan. 1991.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 25 jul. 2015.

BRASIL, **Decreto 4.073, de 3 de janeiro de 2002** - Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm). Acesso em: 12 dez. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino.** Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/index.php/portarias/341-portaria-mec-n-1-224-de-18-de-dezembro-de-2013>. Acesso em: 12 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital SERES/MEC nº 4/2014.** Dispõe sobre o regime de migração das instituições de Educação Superior Privadas para o Sistema Federal de Ensino. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15927-mec-seres-edital-04-2014-pdf&category\\_slug=julho-2014-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15927-mec-seres-edital-04-2014-pdf&category_slug=julho-2014-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 10 mar.2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 863/214.** Regulamenta o procedimento para qualificação das Instituições de Educação Superior como Instituições Comunitárias de Educação Superior, nos termos da Lei no 12.881, de 12 de novembro de 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16478-portaria-863-2014&category\\_slug=outubro-2014-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16478-portaria-863-2014&category_slug=outubro-2014-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. **Lei 5.172/66 - art. 173.** Código Tributário Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm). Acesso: 15 abr. 2016.

BRASIL. **Lei 12.101/2009.** Certificação de Entidades Benéficas. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12101.htm)> Acesso em 10 mai. 2016.

BRASIL. **Lei 12.881/2014.** Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12881.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12881.htm). Acesso em 05 nov. 2016.

BRASIL. Arquivo Nacional. CONARQ. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística - DBTA.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional 2005. – Publicações Técnicas; nº 51. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2015.

BRASIL. Arquivo Nacional. CONARQ. **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo.** 2001. Disponível em: <[Http://www.conarq.arquivonacional.gov.br](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br)>. Acesso em: 15 mai. 2014.

BRASIL. Arquivo Nacional. CONARQ. **PORTARIA Nº 2.588, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011**. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/regimento-interno.html>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. Arquivo Nacional. CONARQ. **Cursos de Arquivologia no Brasil**. 2015 Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/links/389-cursos-de-arquivologia-no-brasil.html>>. Acesso em: 12.abr.2016.

BRASIL. Arquivo Nacional. CONARQ. **Dispõe sobre a análise do papel reciclado fabricado no Brasil para produção de documentos arquivísticos**. 2014. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/legislacao/resolucoes-do-conarq/284-resolucao-n-42,-de-9-de-dezembro-de-2014.html>>. Acesso em 12 abr. 2016.

BRASIL. Arquivo Nacional. CONARQ. **Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos - CTDE**. Glossário de Documentos Arquivísticos Digitais. 6ª versão. 2014. <Disponível em: [http://www.conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdeglossario\\_v6\\_public.pdf](http://www.conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2014ctdeglossario_v6_public.pdf)> . Acesso em: 12 jul. 2015.

BRASIL, **Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2015.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal I**. 16. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. 651p.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

COELHO, Ilanil. **Univille: uma escrita histórica**. In: \_\_\_\_\_; SOSSAI, Fernando Cesar. Univille: 50 anos de ensino superior em Joinville e região (1965 – 2015). Joinville: Editora Univille, 2015.

GAGNON-ARGUIN, Louise. **Os arquivos, os arquivistas e a arquivística**. Considerações históricas. In: ROUSSEAU, Jean- Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **RESOLUÇÃO CFM Nº 1.638/2002**. Disponível em: <[http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2002/1638\\_2002](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2002/1638_2002)>. Acesso em: 15 jul. 2015.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. 1997. 161 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - CNPQ/IBICT, UFRJ/ECO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

DERRIDA, J. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Trad.: Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DESCARTES, Renê. **As paixões da alma**. In: Os Pensadores. Rio de Janeiro: Editora Abril, 1979.

DUARTE, Zeny. **Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional**. In: Revista da Faculdade de Letras CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO. Porto 2006-2007 I Série vol. V-VI, pp. 141-151. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6624.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

ESTEVIÃO, Sílvia Ninita de Moura; FONSECA Vitor Manoel Marques da. 2010. **A França e o Arquivo Nacional do Brasil**. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/42/42>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE JOINVILLE. **Exposição de motivos para instituir uma Faculdade de Ciências Econômicas da Cidade de Joinville**. 9 mar. 1964. p. 1. Acervo ACU.

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE JOINVILLE. **Ata da sessão solene de fundação da Faculdade de Ciências Econômicas da Cidade de Joinville**. 9 mar. 1964. p. 1. Acervo ACU.

FARIA, Wadson Silva. **A normalização dos instrumentos de gestão arquivística no Brasil**: um estudo da influência das Resoluções do Conarq na organização dos arquivos da Justiça Eleitoral Brasileira. 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2757/1/Dissert%20Wadson%20Silva%20Faria.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FIORAVANTI Carlos. **CURIOSIDADE**. RETRATOS DOS PULMÕES MANOEL DE ABREU - UMA IRONIA DO DESTINO. Disponível em: [http://www.scb.org.br/scb/boletins/SCB\\_Boletim00034.pdf](http://www.scb.org.br/scb/boletins/SCB_Boletim00034.pdf) Acesso em: 01 set. 2016.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. **Informação, arquivos e instituições arquivísticas**. Arquivo & Administração. Publicação Oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun. 1998, p.33-44.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GAGNON-ARGUIN, Louise. **Os arquivos, os arquivistas e a arquivística**. Considerações históricas. In: ROUSSEAU, Jean- Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 25- 44.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Cursos de estética**. 2ª ed. Trad: Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 1999.

JARDIM, José Maria. **O Arquivo (vivo?) da Nação**. 2011. Disponível em : <<https://www.ufrgs.br/blogdabc/o-arquivo-vivo-da-nacao/>>. Acesso em: 12 ago. 2015

KANT, I. **Crítica da razão pura** Os pensadores Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1987. LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2010.

LODOLINI, Elio. 1989. In: ROUSSEAU, Jean- Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **A informação e os arquivos: teorias e práticas**. Niterói/São Carlos: EdUFF et EDUFSCar, 1996.

MAFFESOLI, Michel. **Elogio da Razão Sensível**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos**. História das Instituições Educativas. Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2979/1/2007\\_AngelicaAlvesdaCunhaMarques.PDF](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2979/1/2007_AngelicaAlvesdaCunhaMarques.PDF)>. Acesso em: 12 abr. 2016.

MUNDET, José Ramón Cruz. **Manual de Archivistica**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2001.

NASSAR, Paulo. **Para história não virar ruína**. 2009. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/para-a-historia-nao-virar-ruina>. Acesso 15 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Relações públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2007

ORTEGA. Critina Dotta. **Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação**. 2004. Disponível em: [http://www.brapci.ufpr.br/brapci/\\_repositorio/2010/01/pdf\\_48cabfd9b6\\_0007649.pdf](http://www.brapci.ufpr.br/brapci/_repositorio/2010/01/pdf_48cabfd9b6_0007649.pdf) Acesso em: 13 abr. 2016

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PILLOTTO, Silvia Sell Duarte. **Gestão e conhecimento sensível na contemporaneidade**. Florianópolis. SC; Editora UFSC, 2006.

POMBO, O. **Interdisciplinaridade e integração de saberes**. LIINC em Revista. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.4-16, 2005.

RODRIGUES, Ana Célia. **Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira**. 2013. Disponível em: [http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/\\_repositorio/2015/09/pdf\\_31b7bb4c9f\\_0000016751.pdf](http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/09/pdf_31b7bb4c9f_0000016751.pdf). Acesso em: 22 ago. 2015.

ROUSSEAU, Jean- Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina Arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.

SCHILLER, Friedrich. **A Educação Estética do Homem**. trad. Márcio Suzuki e Roberto Schwartz, 4ª ed. São Paulo: Iluminuras, 2002.

SCHMIDT, P. DOS SANTOS, J. L., FERNANDES, L. A., PINHEIRO, P. R., NAKAGAWA. M. **A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL INTELECTUAL NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO**. 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/11091/6582>>. Acesso em: 12 fev. 2016

SOSSAI. Fernando Cesar. COELHO, Ilanil. **Arquivo, memória e patrimônio**. 50 anos de história. Joinville: Editora Univille, 2015.

SOUZA, Katia Isabelli de Bethania Melo de. **Análisis y evolución del panorama laboral del archivero en Brasil: el Poder Legislativo Federal en escena**. TESIS DOCTORAL. Getafe. 2010. Disponível em: [http://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/9156/TESIS\\_KATIA\\_Isabelli%20de%20Bethania%20Melo%20de%20Souza.pdf?sequence=1](http://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/9156/TESIS_KATIA_Isabelli%20de%20Bethania%20Melo%20de%20Souza.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 27 ago. 2015.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **As bases do processo classificatório em Arquivística: um debate metodológico**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação**. 2003. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1439/1/CAPITULO\\_PrincipiosArquivisticosConceitoClassifica%c3%a7%c3%a3o.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1439/1/CAPITULO_PrincipiosArquivisticosConceitoClassifica%c3%a7%c3%a3o.pdf). Acesso em: 12 mai.2016

\_\_\_\_\_. ARAUJO JUNIOR, Rogério Henrique de. **A classificação e a taxonomia como instrumentos efetivos para a recuperação da informação arquivística**. 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1400/1578>>. Acesso em: 29 jul. 2015.



TANUS, Gabrielle Francinne de S. C. **ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E MUSEUS: VÁRIAS HISTÓRIAS.** 2014. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/download/3784/3004>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. ARAÚJO, Carlos Alberto. **O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências.** 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p83>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

TERNES, Apolinário. **Joinville a construção da cidade.** Joinville: Bartira Gráfica e Editora S/A, 1993.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. 1980. São Paulo: DIFEL.

UNIVILLE. **Revista Universo Univille.** É tempo de relembrar. 40 anos após o surgimento da educação de nível superior na cidade, a Univille comemora lembrando seus precursores e sua história. Disponível em: <[http://antigo.univille.br/arquivos/1693\\_Revista\\_Universo\\_Univille\\_Edicao\\_4.pdf](http://antigo.univille.br/arquivos/1693_Revista_Universo_Univille_Edicao_4.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2016

UNIVILLE. **Relatório de Atividades 2014.** Disponível em: <http://univille.edu.br/community/novoportal/VirtualDisk.html?action=readFile&file=Relatorio-2014.pdf&current=/Transparencia>. Acesso em: 20 set. 2016.

## **ANEXOS**

ANEXO A – Exposição de motivos para instituir uma Faculdade de Ciências Econômicas da Cidade de Joinville

ANEXO B – Ata da sessão solene de fundação da Faculdade de Ciências Econômicas na Cidade de Joinville

ANEXO A - Exposição de motivos para instituir uma Faculdade de Ciências Econômicas da Cidade de Joinville.

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE  
JOINVILLE  
SANTA CATARINA

BRASIL

13  
HHC

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JOINVILLE

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A centenária cidade de Joinville, não obstante ser conhecida como a "Manchester Catarinense", pois seu parque industrial conta com mais de quinhentas fábricas, dentre as quais existem importantes indústrias, pioneiras de produtos nacionais, de relêvo no setor econômico do país, dando trabalho a mais de 25 mil operários, sendo inclusive, o maior centro arrecadador de tributos estaduais e federais em Santa Catarina, superando a orçamentos de algumas capitais de Estados da Federação, falta-lhe ainda no setor educacional uma Faculdade.

Com uma população de mais de 80 mil almas, se contingente eleitoral é de 35.000 eleitores inscritos, ou seja, 45% da população.

Florianópolis, a capital do Estado, atualmente centraliza o ensino superior, o que exige que incalculável número de jovens demande aos grandes centros para concluir seus estudos, exigindo dos seus responsáveis gastos elevados, as vêzes além de seus orçamentos de família.

Necessário é que se diga que, a falta de uma Faculdade nesta cidade, faz com que desapareça o incentivo e o estímulo da juventude para os estudos.

Em se tratando do seu valor industrial, a criação de uma Faculdade de Ciências Econômicas, incontestavelmente viria ao encontro das aspirações do povo desta cidade e de todo nortecatarinense.

O gráfico do levantamento estatístico que anexamos, aponta o elevado número de estudantes dos ensinos primário e secundário que frequenta os nossos diversos estabelecimentos de ensino, o que por si só atesta de imperiosa necessidade de possuir esta comuna a sua Faculdade.

Os que servem ao Brasil através dos altos postos no setor educacional, dando guarida ao mais ardente desejo desta operosa população-entregando-lhe uma Faculdade, ainda mais servirão à Pátria, preparando o futuro de centenas de nossos concidadãos, cujo desejo é tão somente o de servi-la ardemente, tornando-a digna no concerto dos povos do universo.



ANEXO B – Ata da sessão solene de função da Faculdade de Ciências Econômicas na Cidade de Joinville

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE  
JOINVILLE  
SANTA CATARINA  
BRASIL

ATA DA SESSÃO SOLENE DE FUNDAÇÃO DA FACULDADE  
DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA CIDADE DE JOINVILLE

Aos nove dias do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, no edifício do Colégio "Bom Jesus", mantido pela Comunidade Evangélica, às 16 horas, com a presença das autoridades e elevado número de pessoas da sociedade local, inclusive alunos e professores deste Colégio, teve lugar a sessão solene, objetivando a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas de Joinville. Para presidir os trabalhos desta sessão, foi escolhido o Presidente do Departamento Educacional da Comunidade Evangélica, Dr. Raul Schmidt. Assumindo a presidência dos trabalhos, o sr. Dr. Raul Schmidt fez amplo relato das demarches havidas para que se tornasse em realidade a criação desta Faculdade. Que, face o acentuado índice industrial da comuna, a Faculdade pioneira do ensino superior na terra dos Príncipes, seria a de Ciências Econômicas, na formação de futuros economistas, que relevantes serviços prestariam ao comércio e à indústria catarinense. Para o funcionamento normal dessa Faculdade, seria bem fácil a formação do seu corpo docente. Quanto ao reconhecimento da novel Faculdade, não surgiria qualquer obstáculo na marcha do processo junto ao competente Ministério, uma vez que se realizava através de pessoa capaz e com grandes conhecimentos na tramitação do mesmo. Para tanto já se iniciaram as demarches iniciais e trabalhos preliminares para o completo êxito da instituição. Seu funcionamento, a título provisório, dar-se-á no próprio edifício do Colégio "Bom Jesus", no período noturno. A explanação do sr. Dr. Raul Schmidt causou a mais viva satisfação entre os presentes, que conhecendo da sua capacidade de trabalho e dinamismo, ficariam devendo ao seu espírito empreendedor esta grandiosa e sonhada realização. Prosseguindo, o presidente sr. Dr. Raul Schmidt congratulou-se com os presentes e, de modo especial, com os membros da Comunidade Evangélica, seu digno Pastor e professores que integrarão o primeiro corpo docente da Faculdade. Facultada a palavra, em nome da Comunidade Evangélica, falou o Revmo. Pastor Gebhard Dauner, dizendo da indizível satisfação de todos os membros da Comunidade que, dentro do mesmo ideal de servir à terra Joinvillense, jamais negariam seu apoio irrestrito a esse agigantado passo na vida cultural de seu povo. A Comunidade Evangélica, afirmou o ilustre Pastor, orgulha-se da sua parcela de participação no empreendimento, que as gerações futuras ficarão a dever aos presentes, e de modo todo especial à decana do ensino, Sra. D. Ana-Maria Harger, pelo seu acendrado amor à causa da instrução nesta capital da indústria catarinense. E, em nome da Comunidade, dando seu apoio moral e material à instituição hoje fundada, reafirmava o seu propósito, cujo pensamento era da própria Comunidade, de desenvolver incansável trabalho, a fim de que esta Faculdade, formasse altaneira ao lado das demais casas de ensino que, em Santa Catarina, formam e preparam suas gerações na vida em sociedade. Ainda, por proposta do presidente, sr. Dr. Raul Schmidt, ficou assentado o funcionamento da Faculdade para o exercício de 1965 e que fundadores da mesma fossem considerados todos os presentes que assinassem a ata desta sessão solene. Proposta aceita e aprovada, o Presidente agradece as referências feitas ao seu nome pelo ilustre representante da Comunidade Evangélica, ao mesmo tempo que deposita sua fé e sua



FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE  
JOINVILLE  
SANTA CATARINA

BRASIL

esperança naqueles que jamais hão de se descurar do seu ideal de bem servir a sua terra e a sua gente, dando às gerações moças, a sua Faculdade pioneira. Encerrados os trabalhos desta sessão, eu, Hamilton Sidney Alves de Carvalho servindo de secretário ad-hoc, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Joinville, 9 de março de 1964. ....  
... Secretário ad-hoc. ...  
Presidente do Departamento Educacional da Comunidade Evangélica.

Membros do Departamento Educacional

- .....+ Kurt Rosenberger.....
- .....Wolfgang O.P. Klein.....
- .....João Carlos Heinichen.....
- .....[Handwritten signature].....
- .....[Handwritten signature].....
- .....Hans Burger, Pastor.....

Lista de Presença:

- |                         |                         |
|-------------------------|-------------------------|
| J. Darwin, Pastor.      | [Handwritten signature] |
| [Handwritten signature] | [Handwritten signature] |
| Paulo Lindemann         | M. Dutra                |
| [Handwritten signature] | Yaryan Rein J           |
| [Handwritten signature] | [Handwritten signature] |
| Wilson Zander           | [Handwritten signature] |
| [Handwritten signature] | [Handwritten signature] |
| [Handwritten signature] | [Handwritten signature] |
| [Handwritten signature] | Richard H.H. Müller     |